

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FLORIANE ABREU DA SILVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA CASA DOS  
ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944-1965)**

**Porto Alegre**

**2023**

**FLORIANE ABREU DA SILVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA CASA DOS  
ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944-1965)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Pâmela Marconatto Marques

**Porto Alegre**

**2023**

### CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Floriane Abreu da  
Língua Portuguesa, Colonização e Resistência na  
Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) / Floriane  
Abreu da Silva. -- 2023.  
72 f.  
Orientador: Pâmela Marconatto Marques.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Língua Portuguesa. 2. Pós-colonialismo. 3. Casa  
dos Estudantes do Império. I. Marques, Pâmela  
Marconatto, orient. II. Título.

**FLORIANE ABREU DA SILVA**

**LÍNGUA PORTUGUESA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA NA CASA DOS  
ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944-1965)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Pâmela Marconatto Marques – Orientadora  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Vargas Maia  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliam Ramos da Silva  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, seus professores, funcionários e técnicos, sem os quais não teria tido as oportunidades de aprendizado que me ajudaram a achar meu caminho,

À minha orientadora, que ampliou minha visão sobre o que era possível de ser realizado dentro do campo das Relações Internacionais, e cujo trabalho é um lembrete da importância do otimismo e da esperança na realização de pesquisa,

Aos projetos de extensão universitários Ufrgsmundi, Ufrgsmun, Ufrgsmun BIS e Revista Perspectiva, por terem sido parte integral da minha jornada e por constituírem um espaço de troca e aprendizado mútuo para além dos muros da universidade,

À Júlia, Mariane, Bruna e todas e todos que contribuíram de alguma forma neste trabalho,

À minha família, por todo o apoio ao longo destes anos de faculdade,

Às minhas amigas e amigos, com quem passei estes últimos anos, com quem dividi resumos, seminários, barracas nos Congressos, idas ao Xirú, videochamadas, frustrações e felicidades. Amo vocês, e espero que continuemos a dividir a vida uns com os outros,

Agradeço à minha gata Belinha, pelos últimos 12 anos de companhia.

**"A Casa era isso. Uma fonte. Um rio. Um caminho. E um mar imenso a navegar pelo sabor das palavras. A Casa eram os livros que se trocavam de empréstimo íntimo, que se obtinham nos livreiros cotas nossos amigos e de nossas coisas clandestinas, tudo, afinal, para perceber que não bastava ler ou conhecer o léxico mas sim deter, reter, o sabor das palavras. A Casa era uma escola e um compromisso com o aprendizado desses sabores."**

**(MONTEIRO, 2017, p. 33)**

## RESUMO

A presente pesquisa busca indagar como a experiência da Casa dos Estudantes do Império (CEI) (1944-1965) ajuda-nos a compreender a relação entre língua portuguesa, colonização e resistência. O trabalho é guiado por um aporte teórico pós-colonial, buscando expor a discussão do uso da língua portuguesa, por um lado, como ferramenta de colonização, e por outro, como possível de ser apropriada ou transformada para fins de resistência anticolonial. Assumem-se dois pressupostos teóricos, inspirados em Kwame Appiah e Édouard Glissant, respectivamente: I) a língua do colonizador assume um papel de "agente duplo" da Metrópole e do mundo colonizado, não podendo estar completamente fora de suspeita; e II) as línguas são "ilhas abertas", construídas em relação com as outras línguas e com o mundo, em que fechá-las seria correr o risco de reproduzir uma concepção europeia de provincialismo. Os pressupostos teóricos são testados em uma análise documental de duas obras publicadas pela CEI: "Poetas Angolanos" (1962) e "Consciencialização na Literatura Caboverdiana" (1963). Pôde-se inferir da análise documental que a língua portuguesa de fato constituiu agente duplo: por um lado, criou uma barreira linguística e foi língua incontornável para compreender a literatura que parte das camadas intelectualizadas do mundo colonizado. Por outro lado, os escritores da CEI transformaram-na e tornaram-na aliada dos projetos políticos e culturais anticoloniais. Acerca do pressuposto da língua portuguesa como "ilha aberta", foi confirmado parcialmente. A despeito da intenção portuguesa, não foi possível fechá-la a influências diversas, que perpassam elementos linguísticos tanto europeus quanto advindos dos territórios colonizados. As assimetrias coloniais, no entanto, fizeram com que a língua portuguesa tivesse um acesso limitado no mundo colonizado; e com que a produção literária da CEI portasse limites representativos enquanto produzida por uma classe elitizada. A experiência da CEI, porém, indicou a possibilidade de resistência ao colonizador português, a partir do uso da língua e de sua instrumentalização na luta anticolonial.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa. Pós-colonialismo. Casa dos Estudantes do Império. Resistência Anticolonial.

## ABSTRACT

This research seeks to investigate how the experience of the House of Students of the Empire (HSE) (1944-1965) helps us understand the relationship between the Portuguese language, colonization and resistance. The work is guided by a postcolonial theoretical lens, seeking to expose the discussion of the use of the Portuguese language, on the one hand, as a colonization tool, and on the other, as possible to be appropriated or transformed for purposes of anti-colonial resistance. Two theoretical assumptions are taken, inspired by Kwame Appiah and Édouard Glissant, respectively: I) the colonizer's language assumes a role of "double agent" of the Metropolis and the colonized world, and therefore cannot be completely beyond suspicion; and II) languages are "open islands", built in relation to other languages and the world, in which to close them would run the risk of reproducing a European conception of provincialism. The theoretical assumptions are tested in a documental analysis of two works published by the HSE: "Angolan Poets" (1962) and "Awareness in Cape Verdean Literature" (1963). It can be inferred from the analysis that the Portuguese language in fact constituted a double agent: on the one hand, it created a language barrier and it was an unavoidable language to understand the literature that comes from the intellectualized layers of the colonized world. On the other hand, the writers of the HSE transformed it and made it an ally of anti-colonial political and cultural projects. Regarding the methodological assumption of the Portuguese language as an "open island", it was partially confirmed. Despite the colonizer's intention, it was not possible to close it to diverse influences, which pervade linguistic elements both European and coming from the colonized territories. Colonial asymmetries, however, meant that the Portuguese language had limited access in the colonized world; and that the literary production of the HSE had representative limits as produced by an elite class. The HSE's experience, however, indicated the possibility of resistance to the Portuguese colonizer, based on the use of the language and its instrumentalization in the anti-colonial resistance.

**Keywords:** Portuguese Language. Postcolonialism. House of Students of the Empire. Anti-colonial Resistance.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Registro da visita do Ministro das Colônias à Casa de Angola.....	37
Figura 2	Grupo Ngola Kizomba, c. 1960.....	40
Figura 3	Registro de Costa Andrade, Carlos Ervedosa, Tomás Medeiros e Rui de Carvalho na cantina da CEI, em 1960.....	44
Figura 4	Registro do 1º Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros.....	46
Figura 5	Capa original da antologia "Poetas Angolanos" (1962).....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEI	Associação da Casa dos Estudantes do Império
CEA	Casa dos Estudantes de Angola
CEI	Casa dos Estudantes do Império
FMS	Fundação Mário Soares
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
MP	Mocidade Portuguesa
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PPG	Partido Popular de Goa
UCCLA	União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>AGENTE DUPLO OU “ILHA ABERTA”?: A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944-1965): UMA “ILHA AFRICANA NA DUQUE D’ÁVILA”.....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>DA “GERAÇÃO DE CABRAL” AO FECHAMENTO DA CEI.....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>“O SABOR DAS PALAVRAS”: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO.....</b>	<b>49</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No número 23 da Avenida Duque de Ávila, no centro de Lisboa, está localizado um prédio emblemático para a história da colonização portuguesa e da resistência anticolonial. Ali, entre 1944 e 1965, estudantes universitários dos então territórios de colonização portuguesa foram reunidos naquela que foi chamada de a Casa dos Estudantes do Império (CEI). A Casa não apenas coexistiu com o Estado Novo de António de Oliveira Salazar, um regime ditatorial nacionalista e fascista, como teve sua constituição a partir de iniciativa deste regime. É sob os auspícios do departamento português encarregado pelos territórios colonizados, o Ministério das Colônias, que sua ideia surgiu e foi oficializada em 1944. A CEI inicialmente fez parte, portanto, de um projeto salazarista de pensar a nação portuguesa e o Império colonial como indissociáveis (MATA, 2015; ROSAS, 2015).

Pretendia-se, com a criação da CEI, fabricar a próxima elite colonial, educada nos padrões educacionais portugueses e falante da língua portuguesa, que assumisse postos na reprodução do Império (MATA, 2015; SILVA, 2015a). O que ocorreu, no entanto, surpreendeu os planos salazaristas: a Casa tornou-se espaço de intensa mobilização política anticolonial, gestando alguns dos mais importantes líderes dos movimentos de libertação africanos. Sua produção editorial publicou escritores que, atualmente, são considerados os principais expoentes da literatura anticolonial africana de expressão portuguesa (MATA, 2018).

Tratou-se, assim, de um espaço inerentemente internacional tanto pela forma como foi constituída – enquanto política do Estado português inscrita no projeto colonial – quanto por sua constituição – integraram-na estudantes universitários de Angola, Portugal, Moçambique e Cabo Verde, além de, em menor número, estudantes da Guiné, São Tomé e Príncipe, Timor, Índia e Macau. A Casa foi um espaço de grande importância histórica, impactando não apenas o período de colonização portuguesa, mas também, indiretamente, a constituição dos países após a independência (CASTELO, 2010). Apesar disso, essa história é ainda relativamente desconhecida nas Relações Internacionais (RI), se tomarmos como indicador relevante a falta de trabalhos

em meio digital encontrados sobre a Casa. Parte do esforço deste trabalho inscreve-se, nesse sentido, em retificar essa ausência.

A Casa é um dos dois pilares que dão origem a este trabalho; o segundo pilar está na discussão pós-colonial do "dilema da língua". Trazida à tona pelas gerações de escritores e intelectuais formados pelos sistemas educacionais coloniais – e que, portanto, transitam nas línguas dos colonizadores –, a discussão busca interrogar o que significa o uso de tais línguas em espaços associados ao Sul Global. Considerando que a língua é constitutiva e resultante do meio cultural, histórico e social em que se desenvolve (THIONG'O, 1986), pode-se utilizar a língua portuguesa sem participar na reprodução colonial e na desvalorização das línguas nativas do Sul Global? Ou a língua portuguesa pode ser apropriada pelos sujeitos colonizados, alterada para servir a fins de resistência anticolonial (APPIAH, 1992; GLISSANT, 2005)?

Considera-se a Casa dos Estudantes do Império como um espaço de especial interesse para entender essas complexas relações, que demarcam o uso da língua portuguesa. Além de ser marcada pela influência dos sistemas educacionais coloniais, integrou estudantes de variados recortes ideológicos, geográficos, raciais e linguísticos (MATA, 2018). Nesse sentido, a principal pergunta que a pesquisa busca responder é: como a experiência da Casa dos Estudantes do Império ajuda-nos a compreender a relação entre língua portuguesa, colonização e resistência? O recorte temporal foi definido em função do período em que a sede da CEI em Lisboa esteve em funcionamento, entre 1944 e 1965.

Tendo como objetivo principal indagar essas relações da língua a partir da CEI, o trabalho será dividido em três objetivos específicos. Em primeiro lugar, será introduzida a abordagem teórica, embasada em autores pós-coloniais e procurando investigar suas contribuições acerca da relação entre língua (especialmente a portuguesa), colonização e resistência. Em seguida, procura-se contextualizar historicamente a Casa dos Estudantes, apresentando sua progressão de política do Estado português a espaço marcado pela resistência anticolonial. Por último, indaga-se como a produção literária da CEI pode ajudar-nos a compreender a relação entre língua portuguesa, colonização e resistência.

O primeiro capítulo do trabalho corresponde ao primeiro objetivo específico e perpassa, principalmente, as contribuições dos seguintes escritores e intelectuais: o queniano Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), os martinicanos Frantz Fanon (1986) e Édouard Glissant (2005), o palestino Edward Said (1994) e o anglo-ganês Kwame Appiah (1992). Esses escritores têm em comum suas experiências no sistema educacional do colonizador e a elaboração de sofisticadas reflexões teóricas acerca desta experiência (THIONG'O, 1986). Ao longo da exposição teórica, são também discutidas especificidades relacionadas à língua e à colonização portuguesas, assim como ao sistema educacional colonial.

O debate teórico pós-colonial utilizado ao longo deste trabalho insere-se, nesse sentido, no Terceiro Grande Debate das Relações Internacionais, que introduz ao campo temas antes considerados fora do seu escopo (LAPID, 1989). É importante assinalar que estiveram fora de seu escopo, ao menos em parte, pela institucionalização da disciplina de Relações Internacionais ter se dado a partir do Norte Global e de suas preocupações teórico-metodológicas. Mesmo após o Terceiro Debate, o pós-colonialismo continua a ser sub-representado no campo internacional (ACHARYA; BUZAN, 2017). Acerca de sua definição, pode-se caracterizar o pós-colonialismo como um conjunto de saberes interdisciplinares centrados no estudo de relações de poder, especialmente aquelas relacionadas às formas de hegemonia advindas dos processos de colonização (TOLEDO, 2021).

No segundo capítulo, realiza-se contextualização histórica da Casa dos Estudantes do Império, de modo a entender como se deu a sua transformação de política do Império português a importante espaço de mobilização anticolonial. Para tal, utiliza-se dos testemunhos dos ex-associados da Casa, disponibilizados em número especial do Boletim da CEI, em comemoração do 50º aniversário da sua criação. A publicação partiu de iniciativa da Associação da Casa dos Estudantes do Império (ACEI), constituída por ex-associados com o objetivo de preservar a sua memória (ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015). Também são utilizadas as contribuições de estudiosas como Inocência Mata (2015, 2018) e Claudia Castelo (2010) sobre a Casa, além do acervo fotográfico tornado disponível pela Fundação Mário Soares (FMS) e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).

No terceiro capítulo, são analisadas duas obras publicadas pela seção editorial da CEI, a antologia “Poetas Angolanos”, de 1962, e o ensaio de Onésimo Silveira “Consciencialização na Literatura Caboverdiana”, de 1963. A seleção das obras deu-se a partir da busca pelas seguintes palavras-chave relacionadas à língua portuguesa: “língua”, “linguagem”, “português” (significando língua) e “crioulo” (significando língua). Este último foi adicionado por relacionar-se ao processo deste trabalho de entender como a língua portuguesa é transformada no mundo colonizado (GLISSANT, 2005). As obras consultadas encontram-se disponíveis em meio digital por conta de trabalho de reedição e distribuição realizado, entre 1994 e 2015, pela ACEI e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) – associação que integra cidades de língua oficial portuguesa dos continentes africano, asiático, americano e europeu (ABECASIS, 2023; FREUDENTHAL *et al.*, 2014a).

Nesse sentido, a metodologia utilizada foi a análise documental, tendo como principal fonte um corpo de documentos da CEI, datados entre 1951 e 1965 e disponibilizados no site da UCCLA. Ao longo da análise das obras, pretende-se explorar como a língua portuguesa aparece em conexão com processos de colonização ou resistência. Serão testados dois pressupostos teóricos, inspirados em Kwame Appiah (1992) e Édouard Glissant (2005), respectivamente: I) a língua do colonizador assume um papel de “agente duplo” da Metrópole e do mundo colonizado, não podendo estar completamente fora de suspeita; e II) as línguas são “ilhas abertas”, construídas em relação com as outras línguas e com o mundo, em que fechá-las seria correr o risco de reproduzir uma concepção europeia de provincialismo.

A escolha do tema partiu de inúmeras frentes, entre as quais esteve um profundo interesse pessoal na dimensão linguística e cultural das Relações Internacionais. Ao longo da graduação, tive a sorte de ter oportunidades de aprendizado que me mostraram a possibilidade deste caminho de pesquisa: posso mencionar a disciplina de Introdução aos Estudos Pós-coloniais, oferecida como eletiva no curso de RI e ministrada pela professora Pâmela Marconatto Marques, através da qual entrei em contato com muitos dos autores deste trabalho; e a disciplina de Literatura Africana de Língua Portuguesa, oferecida no Instituto de Letras e ministrada pela professora Jane Fraga Tutikian, que me apresentou a Casa dos Estudantes do Império. A escolha por

pesquisar a colonização portuguesa também parte de interesse próprio, enquanto pesquisadora brasileira em um sistema de ensino em que predomina o uso do português formalizado, assim como de outras línguas tornadas mundiais pelos processos coloniais.

Acerca da contribuição do tema para as Relações Internacionais, considero de extrema importância para o campo a reflexão em torno do dilema da língua do colonizador, e o que significa a continuação de seu uso hegemônico no Sul Global atualmente. Do mesmo modo, compreender os legados do processo colonizatório torna-se imprescindível para entender a verdadeira complexidade das relações de poder mundiais, no passado e presente (TOLEDO, 2021). Embora a Casa dos Estudantes do Império seja pouco estudada nas Relações Internacionais, a sua formação e composição não deixam dúvidas de que constituiu um importante espaço de reflexão do mundo colonizado, tanto acerca de suas relações entre si como com o Império português. A abordagem teórica utilizada, que como mencionado também é sub-representada no campo, igualmente não pode deixar de ser considerada como contribuição de Relações Internacionais: os autores refletem sobre o encontro colonial e dinâmicas sistêmicas que ultrapassam apenas um território, formando teorizações que dizem respeito tanto ao Sul quanto ao Norte Global.

Nesse sentido, as escolhas deste trabalho perpassam uma preocupação teórico-metodológica essencial: a importância de olhar para o Sul Global como importante espaço de produção de conhecimento, em um campo que tende a sub-representá-lo enquanto produtor de teoria sobre Relações Internacionais. Na esteira do que Pâmela Marconatto Marques (2021) propõe em sua palestra “Raça, racismo e RI: A contribuição do movimento da Negritude”, considera-se a questão do que aconteceria se espaços como a Casa dos Estudantes do Império ocupassem “centralidade nas narrativas historiográficas sobre a reconfiguração de poder pós-1945” (MARQUES, 2021). Se os países do Norte Global colocam-se nas Relações Internacionais como “na ponta do tempo, quase no futuro” (MARQUES, 2021); os escritores da Casa vão não apenas criticar esta formulação, como construir um sonho de futuro alternativo: “O que a Casa passou a oferecer, pertencia ao domínio do futuro” (SANTOS, 2015, p. 101).



## 2 AGENTE DUPLO OU “ILHA ABERTA”? A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA PORTUGUESA, COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

“A língua, qualquer língua, tem um caráter duplo: é ao mesmo tempo meio de comunicação e portadora de cultura.”  
(Ngũgĩ wa Thiong’o, escritor queniano)

“E como a língua depende do ambiente em que se vive, cada povo criou a sua própria língua.”  
(Amílcar Cabral, político guineense e cabo-verdiano, ex-associado da Casa dos Estudantes do Império)

Ao longo deste capítulo, será introduzida a abordagem teórica que embasará este trabalho, buscando investigar as contribuições de autores pós-coloniais acerca da relação entre língua (especialmente a portuguesa), colonização e resistência. Pós-colonialismo, afirma Aureo Toledo em "Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais" (2021, p. 9), é frequentemente entendido como "um conjunto relativamente fluido de saberes [...] voltado para o estudo de relações de dominação e resistência". Mais especificamente, o que reúne tais perspectivas interdisciplinares é o questionamento de "narrativas sobre as origens da hegemonia econômica, política e cultural do Ocidente" (TOLEDO, 2021, p. 20-21) – em que aqui pode ser acrescentada a hegemonia linguística –, desconstruindo-a como produto de uma superioridade intrínseca do colonizador, e revelando-a como resultado de sistemas de exploração e violência dos Estados coloniais para com o Sul Global (TOLEDO, 2021).

Nesse sentido, a tradição teórica pós-colonial – profundamente interdisciplinar, crítica aos espaços eurocêntricos de produção de conhecimento e engajada politicamente – torna-se especialmente interessante para entender as complexidades do uso da língua portuguesa em espaços associados ao Sul Global (TOLEDO, 2021). Neste capítulo, portanto, pretende-se mapear os argumentos contrastantes dentro da discussão pós-colonial que postulam, por um lado, o uso da língua do colonizador como ferramenta de colonização, ou, por outro, as suas possibilidades de apropriação e transformação para fins de resistência anticolonial. O mapeamento perpassará, principalmente, as contribuições dos seguintes escritores e intelectuais: o queniano

Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), os martinicanos Frantz Fanon (1986) e Édouard Glissant (2005), o palestino Edward Said (1994) e o anglo-ganês Kwame Appiah (1992). Esses escritores têm em comum a passagem pelo sistema educacional do colonizador, assim como a elaboração de importantes reflexões teóricas acerca desta experiência (THIONG'O, 1986).

Apesar de atravessarem diferentes colonizações, entre elas a inglesa e a francesa, a escolha pelos autores dá-se, primeiramente, pela consideração na literatura especializada de que suas contribuições são basilares e essenciais para o entendimento pós-colonial acerca da língua. Em segundo lugar, foram selecionados por apresentarem análises inerentemente internacionais, partindo de suas áreas de interesse para elaborarem teorizações que vão muito além delas, produzindo conhecimento que concerne tanto às relações no Sul quanto no Norte Global. Nesse sentido, dialogam profundamente com a experiência da Casa dos Estudantes do Império. Ao longo da exposição teórica, serão também discutidas especificidades relacionadas à língua<sup>1</sup> e à colonização portuguesas, assim como ao sistema educacional colonial, em que a Casa contraditoriamente se insere (MATA, 2015, 2019).

A língua, na literatura pós-colonial, é um elemento essencial para se pensar o projeto colonial europeu e o seu processo de constituição e de disseminação. No entanto, a priorização das dimensões econômica e política, assim como a imagem de neutralidade em que muitas vezes está imbuído o elemento linguístico, faz, não raro, com que tal dimensão e sua interconexão com relações econômicas, políticas e sociais seja subestimada. Para preencher essa lacuna, e no esforço de ressignificar narrativas e fazer sentido da experiência colonial, diversos escritores debruçam-se sobre a análise da relação entre a língua e os processos de colonização e de resistência anticolonial (APPIAH, 1992; THIONG'O, 1986).

A língua é considerada uma parte essencial do entendimento do ser humano sobre si mesmo, contendo um poder sugestivo e imaginativo capaz de moldar a própria estrutura do pensamento. Uma língua, e, portanto, também a literatura e a oralitura

---

<sup>1</sup> O termo "língua" será utilizado, ao longo deste trabalho, para referir-se a qualquer sistema de comunicação dotado de estrutura e convencionado para o uso entre uma comunidade humana particular. O termo "idioma", por outro lado, é comumente utilizado para se referir à língua quando oficializada por um Estado nacional. Quando utilizado, portanto, refere-se apenas ao "idioma do colonizador", referindo-se às línguas originalmente europeias (LEITE, 2010).

(literatura oral), contém particularidades únicas em termos de sons, palavras e modos de organização, os quais estão intimamente ligados com o meio cultural, histórico e social em que se desenvolveram. Nessa formação, ela passa a refletir tradições e valores estéticos, morais e sociais de uma comunidade. Molda e é parte integrante da identidade humana, ao mesmo tempo que é moldada por aqueles que a mantêm viva. Tal é a bagagem que as línguas carregam, e é essa complexa formação que o projeto colonial desestabiliza e transforma (THIONG'O, 1986).

O projeto colonial, nesse sentido, envolveu dois processos concomitantes: a desvalorização, quando não tentativa de destruição, das línguas, culturas e demais elementos identitários dos povos colonizados; e a elevação e idolatria dos idiomas dos colonizadores. Tendo em mente a língua como portadora de tradição, valores e história, proibir e desprezar as línguas dos povos colonizados foi parte chave da empreitada colonial. Tal violência contribuiu para o objetivo colonial de representar as regiões fora da Europa como desprovidas de vida, de cultura e de histórias próprias. Somente a partir desse convencimento seria possível justificar a "missão civilizatória" por parte do colonizador (THIONG'O, 1986). Como discorre Thiong'o (1986, p. 18, tradução nossa), o objetivo era destruir a crença dos povos em si mesmos, para que “vissem seu passado como um deserto de que quisessem se afastar [...] que os faz querer se identificar [...] com as línguas de outras pessoas em vez de suas próprias”. Dessa forma se daria o que o autor chama em “*Decolonising the Mind*” como “controle do universo mental do colonizado” (THIONG'O, 1986, p. 33, tradução nossa), em que língua e cultura são utilizadas para interferir na constituição do colonizado de sua visão de mundo e do papel passível de se desempenhar nesse mundo (THIONG'O, 1986).

É importante pontuar, desde já, que os escritores pós-coloniais mobilizados não postulam uma passividade dos povos colonizados neste processo. O encontro colonial não se constituiu de um colonizador ativo contra um colonizado passivo; muito pelo contrário, a resistência sempre esteve presente e foi acionada das mais diversas formas. Para além da preservação das línguas africanas nativas nos territórios de colonização portuguesa, extremamente importante, mais centrais para este trabalho são as formas como a língua do colonizador foi apropriada e transformada pelos povos colonizados, não sem contradições ou complexidades, como será abordado mais

adiante. Outro ponto essencial é que as ferramentas de opressão não influíram apenas sobre os povos colonizados: o colonizador e seu uso da língua também foram moldados e transformados por seu próprio comportamento patológico dentro da relação colonial (FANON, 1986; SAID; 1994, 2005).

Um dos escritores que mais abordou este comportamento patológico do colonizador em relação à língua e à cultura foi Edward Said (1994), importante intelectual e ativista político palestino. Criado entre a Palestina e o Egito, então duas colônias britânicas, Said (1994) experienciou a educação colonial, a alienação social nos meios acadêmicos e, especializando-se posteriormente em literatura inglesa, passou a denunciar estes nexos de poder. Na discussão sobre língua e cultura, Said (1994, 2005) enfatiza a importância das formações ideológicas e discursivas para a continuidade do colonialismo. O vocabulário colonial foi vital para seu sucesso, instrumentalizando termos como “civilização”, “progresso” e “humanidade” em referência à Europa, ao passo que criava sua antítese em termos como “primitivo” e “selvageria” em referência aos povos colonizados, seus modos de falar e de viver. Esta instrumentalização de termos ocorre em um nível utilitário e de propaganda mas, mais do que isso, opera no inconsciente, naturalizando tais associações como verdades também no pensamento do colonizador (SAID, 1994).

A consciência europeia, neste sentido, vê a si mesma como autoridade absoluta, “um ponto de energia ativo que fazia sentido não apenas de atividades colonizadoras, mas de geografias e povos exóticos” (SAID, 1994, p. 25, tradução nossa). A contribuição de Fanon (1986) acrescenta que o colonizador, acreditando na sua própria ficção de superioridade, distorceu e estreitou sua visão a um nível em que, mesmo que crítico a ele, “só consegue ver um mundo dominado pelo Oeste” (SAID, 1994, p. 21, tradução nossa). É neste sentido, também, que a apropriação da língua do colonizador pelo colonizado pode instalar “fissuras”, como diz Marques (2017).

Said (1994) prossegue na discussão enfatizando a importância para o colonizador de se sustentar as narrativas de inferiorização e diferença, assim como de filantropismo. Dada a grande desvantagem numérica dos agentes europeus em relação ao número de nativos dos espaços colonizados, “a empresa do Império depende da ideia de ter um Império” (SAID, 1994, p. 45, tradução nossa). Também importante para

a manutenção colonial era a formação de uma imagem filantrópica, para o que se instrumentalizaram movimentos supostamente desinteressados em proveito próprio, como a religião, a ciência e a arte. O mesmo ocorreu com o ensino das línguas dos colonizadores, portanto propagado como benevolência e humanitarismo (SAID, 1994).

Na colonização portuguesa, a língua portuguesa era parte basilar da educação colonial no sentido de que possibilitava a leitura dos textos religiosos e a educação para o trabalho. Além disso, era parte do projeto colonial português que houvesse, mais pronunciada que em outras colonizações, uma educação diferenciada para o colonizador e outra para o colonizado (SILVA, 2015a; 2015b). A educação dos "indígenas não assimilados" era voltada, principalmente, para o trabalho de "mão-de-obra a preço vil", como coloca um estudante anônimo em publicação de 1955, denunciando as condições de estudo em Angola (SILVA, 2015a, p. 76). António Jardim (c. 1937, p. 67), diretor de uma escola colonial em Moçambique, assim postula os objetivos: "colocar a criança indígena em condições de aprender a nossa civilização por meio do conhecimento da língua portuguesa, educação rudimentar das suas faculdades e adopção dos costumes civilizados".

Vê-se, nesse sentido, como a língua portuguesa está associada no imaginário do colonizador com a ideia de civilização; o uso das línguas nativas africanas nas escolas seria visto como o oposto e desvalorizado, quando não abertamente punido. Na educação dos colonos brancos e dos "assimilados", a língua portuguesa tinha igualmente um papel central, mas a educação deixava de ser voltada à geração de mão-de-obra e aproximava-se dos moldes europeus (SILVA, 2015a; THIONG'O, 1986).

A experiência portuguesa assemelha-se com o que Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) relata acerca da colonização inglesa. Thiong'o (1986), escritor e acadêmico queniano, teve uma infância marcada pela educação colonial britânica e pela guerra de independência de seu país. O autor descreve como a língua inglesa tornou-se a língua dominante de sua educação formal, em torno da qual se organizava todo o sistema de progressão intelectual e acadêmica – que no caso português, vale lembrar, já não estava disponível para grande parte da população nativa. Quaisquer que fossem as outras aptidões dos estudantes, não saber a língua do colonizador constituía um

obstáculo intransponível para o progresso na educação formal (SILVA, 2015a; THIONG'O, 1986).

No que Thiong'o (1986) chama de alienação colonial, tais gerações de estudantes também teriam sido dissociadas, por meio da escola, das línguas faladas domesticamente e de seu ambiente natural, influenciadas a acreditar que a Europa deveria ser também o centro do seu universo. Nas colônias portuguesas,

Estudava-se a fauna e a flora portuguesa, a paisagem, os usos e costumes do povo português. A História e a Geografia para as colônias tinham os conteúdos de Portugal. O passado africano começava com as "Descobertas" e o sistema colonial, que no século XX, teria ganhado uma posição heróica de resistência e preservação de seu império. A história de seus ancestrais era a história dos ancestrais portugueses (SILVA, 2015b, p. 9).

Portanto, a educação colonial praticada de tal forma influenciou uma geração de pessoas colonizadas por meio de sua imersão em uma língua e cultura que em grande parte refletiam a visão colonial (APPIAH, 1992; THIONG'O, 1986). Thiong'o (1986) cita exemplos de autores comprometidos com a causa anticolonial, entre eles Léopold Senghor e Chinua Achebe, que em algum momento de suas carreiras teriam demonstrado uma certa subserviência ou idolatria à língua do colonizador em detrimento de línguas africanas. Com isso, Thiong'o propõe que se reflita sobre como a dimensão linguística da opressão colonial pode ser naturalizada, e como seus impactos devem ser cuidadosamente analisados (THIONG'O, 1986).

Complica a situação de alienação colonial o fato de que a educação ainda representava, em meio ao sistema colonial, uma possibilidade de melhoria de condições econômicas. Fanon (1986, p. 38, tradução nossa) descreve o aprendizado do francês como uma "chave que pode abrir portas que ainda estavam fechadas para ele [o colonizado] cinquenta anos atrás". Dada a divisão educacional portuguesa, no entanto, também demonstra-se o papel da educação colonial como fator de hierarquia e meio de exclusão (SILVA, 2015a). Thiong'o (1986) argumenta que a exigência do idioma do colonizador nas escolas e na progressão acadêmica exacerba divisões de classe, afastando aqueles que conseguem/podem usá-lo (as classes burguesas) dos que não podem.

Falando sobre o domínio do idioma do colonizador no sistema universitário, Frantz Fanon (1986) também apresenta contribuições importantes, úteis para pensar a experiência da CEI. Um escritor e estudioso martinicano com formação universitária na França, Fanon vivenciou pessoalmente os privilégios de navegar na língua do colonizador, mas também seus paradoxos intrínsecos e seus efeitos psicológicos. O autor descreve como o domínio do idioma conferia ao colonizado uma espécie de poder, em que, aos olhos da Metrópole, ele passa a ser considerado “elevado” acima de seu status de inferior na mesma proporção com que se adequa ao padrão cultural e intelectual de seu colonizador (FANON, 1986).

O autor concorda até certo ponto com a argumentação de Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) acerca da alienação colonial, postulando que, por cada idioma estar atado a um modo de pensar – como já mencionado, carregando tradições e valores estéticos, morais e sociais de uma comunidade – muitas vezes a ida à Europa ou a adoção do idioma do colonizador evidencia um deslocamento, mas que tal processo não é passivo e implica em escolhas por parte do colonizado. Fanon também narra como, no espaço da Metrópole, a língua continua a aparecer como critério de exclusão e valorização moral. Vê-se a ridicularização das línguas crioulas e do sotaque dos povos colonizados ao falarem o idioma do colonizador, no que Fanon (1986) descreve como parte constitutiva da construção dos complexos de superioridade e inferioridade. É notório como a exigência seria não apenas falar o idioma, mas copiar um sotaque específico associado ao estudo formal e a marcadores de classe (FANON, 1986).

A divisão que marca a educação colonial portuguesa, portanto, evidencia as contradições de um sistema que quer parecer filantrópico e "civilizatório" (SAID, 1994), mas provê uma educação principalmente voltada para o trabalho em prol dos interesses coloniais. A educação voltada para os colonos e "assimilados", por outro lado, exacerbava divisões de classe e o domínio do português escrito e formalizado como meio de exclusão, além de ter tentado tornar a Europa o centro do universo imaginário africano (SILVA, 2015a; THIONG'O, 1986). No entanto, este formato gerou contradições que os próprios colonizadores reconheceram como perigosas para o futuro da empreitada colonial. Em primeiro lugar, os motivos da divisão não passavam despercebidos pelos povos colonizados, que buscavam resistir de variadas formas:

escolas populares eram formadas clandestinamente para evitar a repressão policial, pensadores africanos organizavam redes de estudos em moldes não europeus, livros eram contrabandeados até mesmo dentro das prisões coloniais (CHAVES; KACZOROWSKI, 2015; SILVA, 2015a, 2015b).

Em segundo lugar, a apropriação do idioma português por parte dos estudantes africanos, assim como sua eventual presença no centro geográfico do Império, escancarava a falsidade dos mitos de grandiosidade coloniais. Também permitia-os entender, pela própria experiência, que os "assimilados" nunca seriam considerados cidadãos portugueses (FANON, 1986; THIONG'O, 1986). Os colonizadores recebiam estes movimentos. Em relatório de 1958, o mestre de missão colonial Jorge Dias diz, sobre o retorno de um universitário moçambicano da Inglaterra à sua terra natal:

[foi] viúva de um régulo que parece ter sido maltratado por nós, a pessoa indicada para lhe colocar sobre os ombros uma pele de leopardo, insígnia do poder, e nas mãos uma vassoura para ele varrer o Niassa [província em Moçambique], ou para varrer os brancos. Compreende-se o que isto representa nestas terras [...] onde há constantes conflitos de segregação racial (DIAS; GUERREIRO, 1959, p. 20-21 *apud* SILVA, 2015a, p. 71).

Apesar desta visão da educação mais qualificada das populações colonizadas como potencialmente perigosa, o governo português precisava, de um lado, manter uma imagem de que era possível o colonizado "ascender socialmente" ao estatuto de cidadão português; e de outro, para a continuação de sua empreitada tinha a esperança de formar com os assimilados "futuros reprodutores e gestores da instituição colonial" (COUTO, 2020, p. 11). Se é verdade que estes estudantes africanos estavam em uma posição raramente concedida, sendo geralmente descendentes de colonos ou "assimilados" e residentes das áreas urbanas, isso não significa que tenham automaticamente assumido postos na reprodução do sistema colonial. O que fizeram objetivamente com este conhecimento da língua e educação nos moldes europeus muitas vezes contrariou e surpreendeu o colonizador (SILVA, 2015a). A Casa dos Estudantes do Império constituiu um exemplo: pensada no sentido de formar "um colonialismo que dispensa colonos" (COUTO, 2020, p. 11), terminou por gerar inúmeros líderes de movimentos de libertação africanos (SILVA, 2015a, 2015b).



Dá-se esta contextualização para entender o espaço educacional em que se inserem os estudantes da CEI antes de sua chegada em Portugal. Embora existam inúmeras especificidades de acordo com cada território, os planos portugueses eram assim definidos e a separação educacional afetaria não só quem detinha os meios de ir para a Metrópole – dadas as diferenças em termos de barreiras educacionais para descendentes de europeus ou "nativos"; brancos ou negros, assimilados ou não assimilados –, mas também tensões raciais, linguísticas e identitárias que marcarão a troca de ideias no interior da Casa (MATA, 2015; SILVA, 2015a).

Tendo em vista as questões apresentadas, torna-se preocupação central dos escritores pós-coloniais mobilizados refletir sobre o uso do idioma do colonizador, e buscar compreender o que ele significa em termos de reprodução colonial ou resistência anticolonial. Para Thiong'o (1986), no caso do Quênia, o idioma do colonizador é utilizado primordialmente pelas classes burguesas, enquanto a grande maioria dos trabalhadores rurais utiliza as línguas nativas africanas. A alienação colonial deixaria sua maior marca nessas classes burguesas, e a literatura que fosse escrita no idioma do colonizador significaria também uma alienação em termos de classe, já que criaria uma barreira linguística (THIONG'O, 1986).

Mais do que isso, no entanto – e considerando as proposições de Thiong'o sobre língua como repositório de cultura – optar pelo idioma do colonizador significaria enriquecê-lo com nova vida, palavras e expressões, em detrimento do potencial enriquecimento das línguas africanas nativas. Desse ponto de vista, o uso da língua do colonizador teria impactos negativos em termos de afastar cada vez mais a classe média africana das bases trabalhadoras, e de contribuir para a construção de um idioma cada vez mais hegemônico e historicamente ligado ao apagamento das culturas africanas (THIONG'O, 1986).

Muitos autores discordam de Thiong'o, lembrando que a experiência colonial não é monolítica ou admite resposta única (APPIAH, 1992; GLISSANT, 2005; MARQUES, 2017). Em primeiro lugar, existem variações no uso do idioma: a versão que esteve historicamente ligada ao sistema colonial é, como diz Fanon (1986), o idioma ensinado no estudo formal e caracterizado por marcadores de classe. Mesmo este uso, quando realizado pelo colonizado, pode constituir um ato de resistência, uma

forma de inserir-se no discurso colonial para disputar as narrativas sobre si, "para inscrever a experiência brutal do colonizado no idioma do colonizador como quem nele instala uma fissura" (MARQUES, 2017, p. 111). Como diz Fanon (1986, p. 17), "falar é existir absolutamente para o outro", é encontrar o colonizador onde ele não espera.

Em segundo lugar, o sistema colonial não é capaz de engessar o idioma: ele é profundamente alterado através de um processo de resistência criativa realizado pelos povos colonizados. O que Ngũgĩ wa Thiong'o chama de inserir nova vida, palavras e expressões em detrimento das línguas nativas, outros escritores colocarão como um processo de tornar o idioma do colonizador, como diz o escritor moçambicano Mia Couto, "nosso próprio território identitário" (COUTO, 2020, p. 11). No encontro com outras línguas, culturas e sentidos, o idioma passaria a ter "uma filiação de memória heterogênea" (ORLANDI, 2002, p. 23 *apud* MARIANI, 2003, p. 75-76). Desta forma, usar a língua do colonizador não implicaria enriquecê-la, porque seria transformada em algo novo. A mistura de elementos que daria origem a essa nova versão seria própria e condizente com a realidade pós-colonial, que existe nesse espaço híbrido entre culturas (APPIAH, 1992; ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2002; COUTO, 2020).

Luandino Vieira, importante escritor angolano e ex-integrante da Casa dos Estudantes do Império, assim descreveu a reação a seu livro "Luuanda" em Portugal:

Sim; liam, diziam "isto é português", mas há qualquer coisa que escapa, que não é. [...] a intenção foi essa. Que mesmo escrevendo na língua do colonizador, o colonizador lê e percebe que 'É minha língua, mas não é minha língua'. E isso era o argumento que nós tínhamos para essa diferença cultural, nos próprios termos culturais que eles nos impuseram. Dava-nos legitimidade para a autonomia ou a independência, ou o que fosse: havia uma diferença. E eles não podiam rasurar essa diferença (CHAVES; KACZOROWSKI, 2015).

Exemplo do incômodo que gera a narrativa do colonizado está na história desse mesmo livro, "Luuanda": após ser premiado pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965, esta associação recebe no mesmo dia despacho informando sua extinção, e à noite tem sua sede assaltada e destruída pela polícia salazarista (CHAVES; KACZOROWSKI, 2015). O intelectual anglo-ganês Kwame Appiah (1992) afirma, nesse sentido, que as línguas europeias não são mais propriedades exclusivas do Norte Global: viraram "agentes duplos" da Metrópole por um lado, e do mundo colonizado por

outro. Como todo agente duplo, no entanto, não poderiam estar completamente fora de suspeita.

Appiah (1992) concorda que a grande maioria dos intelectuais do Sul Global, no período de que trata este trabalho, experienciaram a educação de estilo colonial e portanto são caracterizados por uma "(des)localização cultural distinta" (APPIAH, 1992, p. 54, tradução nossa). No entanto, afirma que rejeitar esta (des)localização implica rejeitar uma parte legítima da vivência africana. O próprio autor, tendo relações familiares em Gana e na Inglaterra, e especializando-se em estudos culturais em universidades europeias, constituiu exemplo deste processo. Para ele, esta vivência significou estar "acostumado a ver o mundo como uma rede de pontos de afinidade" (APPIAH, 1992, p. 8, tradução nossa). Além disso, uma questão importante é que não apenas os intelectuais são "filhos de dois mundos": a cultura e língua populares africanas também são influenciadas pela cultura de produção em massa internacional (APPIAH, 1992, p. 58, tradução nossa).

Assim, o autor manifesta preocupação em relação a um discurso de dois extremos: em um deles, uma idealização das línguas europeias como "neutras", não carregadas de signos, imagens e tentativas de estabelecimento de uma falsa superioridade linguística; em outro, concepções como de Thiong'o (1986), que afirmam que as contribuições no idioma do colonizador não constituem literatura africana, e sim "euro-africana". Para Appiah (1992), seria incontornável considerar que transformações ocorreram dentro do encontro colonial. Contudo, muitas dessas transformações advêm não do colonizador, mas da resistência criativa do colonizado mediante tais influências externas, que pelo seu contexto existe em diálogo com elas (APPIAH, 1992). Por que tal resistência criativa não poderia ser considerada uma contribuição legitimamente africana?

Para Glissant (2005), escritor martinicano, insistir que uma contribuição em língua do colonizador tenha necessariamente impactos negativos não faria sentido em um mundo marcado, cada vez mais, pela confluência de línguas, culturas e identidades. Glissant (2005), tendo frequentado o mesmo liceu na Martinica por onde passaram Aimé Césaire e Frantz Fanon, além de ter estudado etnografia e filosofia em Paris, elabora a partir de suas vivências uma teoria em torno da "crioulização" (FLOR, 2022).

O autor afirma que a "crioulização" é um fenômeno mundial e não circunscrito apenas ao Sul Global, ou seja, que o período histórico recente é marcado pela criação de "microclimas e macroclimas de interpenetração cultural e linguística" (GLISSANT, 2005, p. 23).

A crioulização, neste sentido, seria caracterizada pela sua imprevisibilidade e por colocar uma questão importante àqueles nela envolvidos: "como ser si mesmo sem fechar-se ao outro, e como abrir-se ao outro, sem perder-se a si mesmo?" (GLISSANT, 2005, p. 28). Em um sistema internacional profundamente marcado pelo encontro entre diversas sociedades, precipitar respostas a estas perguntas seria, para Glissant (2005) correr o risco de reproduzir o pensamento colonial de provincialismo, de uma concepção que vê identidade e língua como vindas de uma raiz única, e que formula-se não em relação com o outro, mas com sua exclusão (GLISSANT, 2005).

Nesta concepção colonial, sempre teria ênfase a unicidade, sacralização e superioridade identitária europeia em relação a tudo que está "fora". Em oposição a este sistema de pensamento, Glissant propõe em "Introdução a uma poética da diversidade" (2005) um entendimento de que as línguas e culturas "[...] são ilhas, mas ilhas abertas, e essa é a principal condição para a sua sobrevivência" (GLISSANT, 2005, p. 54). Passa-se a ver a identidade, assim como a língua e a cultura, "não mais como raiz única mas como raiz indo ao encontro de outras raízes" (GLISSANT, 2005, p. 27). Pode-se considerar que o idioma do colonizador, então, constrói-se em relação com as outras línguas e com o mundo, não sendo absoluto e sim estando perpetuamente em transformação, como uma "ilha aberta".

Glissant (2005), porém, adverte sobre a influência das relações de poder no processo de crioulização: a inferiorização das línguas, culturas e identidades africanas por parte dos Estados colonizadores só poderia fazer com que a crioulização se desse "de modo desequilibrado [...], de maneira injusta" (GLISSANT, 2005, p. 21). Olhar para a relação como essencialidade também significa reconhecer as violências e os desequilíbrios que marcam muitos dos processos de crioulização.

Sobre a questão da língua a ser utilizada – se a língua do colonizador, as línguas crioulizadas ou as línguas nativas – o autor martinicano também pontua que há uma questão geracional, já que muitos escritores africanos utilizaram as línguas portuguesa,

inglesa ou francesa por serem estas suas línguas de alfabetização, por onde acostumaram-se a produzir academicamente ou ficcionalmente. Diz Glissant (2005) que, tivesse 20 anos em 1992, talvez estivesse escrevendo em crioulo. Mas também afirma que o "desrespeito" às línguas do colonizador praticado pelos escritores nos anos 1950 e 1960, se visto por alguns como insuficiente em termos de descolonizar a literatura de origem africana, pode ter aberto espaços para uma maior utilização das línguas crioulas e nativas pela geração subsequente. Poetas crioulofônos disseram-lhe:

se você não tivesse, juntamente com outros poetas, desarrumado, perturbado, desmantelado a língua francesa em seus livros, talvez não tivéssemos ousado escrever em crioulo, porque ficaríamos perplexos diante da ideia de 'desrespeitar', como se diz nas Antilhas, essa língua francesa. Ou seja, a "crioulização" da língua francesa caminha junto com a liberação da língua crioula (GLISSANT, 2005, p. 63).

Se, por um lado, as tentativas de controlar os modos de falar/escrever/habitar o idioma do colonizador constituem investida colonial, utilizada para marcação de lugares subalternos; por outro a insistência no "desrespeito" à língua do colonizador, em utilizar junto dela termos crioulos ou advindos das línguas nativas africanas, significaria incidência contracolonial. Como dizem Marques e Genro (2018, p. 250), o escritor "resolve habitar a encruzilhada, entrar e sair dos idiomas, profaná-los estrategicamente, habilitando certas possibilidades de comunicação e interditando outras". Por habitarem estes espaços, Glissant (2005) afirma que caberia em parte aos poetas – e em um sentido mais amplo às artes, aos pensadores, aos filósofos – ponderar a partir de seus lugares de enunciação a relação com o outro e com o mundo, além de buscar propulsionar o "imaginário utópico de suas coletividades" (ROCHA, 2005, p. 9), criando não apenas para o presente, mas também para o futuro.

Encaminhando-se para a conclusão do capítulo, pode-se dizer que todos os autores tratados enfatizam a importância de examinar a dimensão linguística do projeto colonial em suas mais diferentes facetas, assim como desmontar a imagem de neutralidade com que tal dimensão é comumente apresentada. A língua, intimamente ligada com o meio cultural, histórico e social em que se desenvolveu, assim como refletindo valores e formações identitárias, foi um aspecto chave do sistema colonial (THIONG'O; 1986).

Apesar da variação em recortes geográficos, pode-se notar que as relações de poder e técnicas coloniais que os autores discutem têm grande área de sobreposição. A mesma lógica perpassou diferentes áreas: a tentativa de apagamento da língua e história dos povos colonizados, para deste modo "ocupar" o espaço vago com suas contrapartes europeias; a fragilidade do Império sem seus estabelecimentos de falsas dualidades de progresso e atraso, humanidade e subalternidade; as hierarquias linguísticas e instrumentalização da comunicação, no geral, para excluir ou incluir, prestigiar ou ridicularizar (FANON, 1986; SAID, 1994; THIONG'O, 1986).

No entanto, a utilização da língua do colonizador pelos povos colonizados teria escancarado as contradições do sistema e contrariado as expectativas imperiais. A transformação do idioma através do encontro com as línguas, culturas e histórias africanas significaria alterá-lo fundamentalmente, a ponto de passar a ser um "agente duplo" (APPIAH, 1992; COUTO, 2020). Além disso, Appiah (1992, p. 58) e Glissant (2005) enfatizam que não somente os intelectuais africanos seriam "filhos de dois mundos" durante o período colonial, ocorrendo internacionalmente um processo mais amplo de crioulização que colocaria aos escritores, artistas e pensadores a pergunta central de como considerar as regiões linguísticas "ilhas abertas" sem permitir a continuidade de um sistema marcado por relações de poder desiguais (GLISSANT, 2005, p. 54).

Nos próximos capítulos deste trabalho, buscar-se-á entender como esta discussão teórica em torno do idioma, colonização e resistência dialoga com a experiência da Casa dos Estudantes do Império. A abordagem a ser utilizada no último capítulo perpassará principalmente a contribuição teórica de Appiah (1992) e Glissant (1992), tomando dois pressupostos essenciais: I) a língua do colonizador assumindo papel de "agente duplo", não podendo estar completamente fora de suspeita; e II) a língua portuguesa na CEI como "ilha aberta", em que os escritores são marcados pela relação uns com os outros e com o mundo colonizador, ao mesmo tempo que em sua escrita redefinem esta relação (GLISSANT, 2005).

Visa-se, em última instância, observar como a língua portuguesa é discutida frente aos processos de colonização e resistência, sentidos de forma única em um espaço de forte repressão colonial e, ao mesmo tempo, grande resistência criativa

(MATA, 2015). No próximo capítulo, prossegue-se para uma breve exposição acerca da história da CEI, sua constituição inicial como um projeto colonial salazarista sob os auspícios do ministro das Colônias; e sua progressão e importância histórica enquanto espaço de resistência anticolonial africana. Também será introduzida a Casa enquanto lugar de produção de conhecimento e passagem de alguns dos mais importantes escritores e pensadores africanos lusófonos, muitos dos quais estiveram envolvidos nos movimentos de libertação anticoloniais (MATA, 2018).

### 3 A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (1944-1965): UMA “ILHA AFRICANA NA DUQUE D’ÁVILA”

“Tal foi uma das forças desta ilha africana [...] impedir que a deformação colonialista pudesse funcionar com verdade indiscutível e indiscutida.”

Alfredo Margarido (escritor português e articulador da seção editorial da CEI)

"O que a Casa passou a oferecer, pertencia ao domínio do futuro."

Arnaldo Santos (escritor angolano e ex-integrante da CEI)

Para entender como ocorreu a constituição da Casa dos Estudantes do Império, é necessário contextualizá-la na política colonial portuguesa que leva à sua formação. Na década de 1930, António de Oliveira Salazar instaurou em Portugal um regime ditatorial, nacionalista e fascista, que receberia o título de Estado Novo e perduraria até 1974. O colonialismo português, após suas fases monárquicas e republicanas, foi alterado por Salazar em alguns sentidos significativos: legal e constitucionalmente, publicou-se o Acto Colonial de 1930, que promoveu uma centralização política e administrativa nas colônias. Em 1936, portanto, o Ministério das Colônias<sup>2</sup> – a quem competiam todos os assuntos relacionados aos territórios colonizados – passou por reorganização de suas repartições de assuntos civis, militares, financeiros, educacionais e culturais (LIMA, 2019; PORTUGAL, 2023; ROSAS, 2015).

Em termos ideológicos, o Estado Novo instrumentalizou crescentemente a noção do Império. Este foi idealizado como parte da reconstrução nacional e do reencontro da nação portuguesa com o seu "passado glorioso". O Estado salazarista buscou promover a ideia de que faria parte da nação portuguesa a missão de evangelizar e "civilizar" os territórios colonizados. Como aponta o historiador Fernando Rosas (2015, p. 16), "o Estado Novo é a forma política necessária para que o império se mantenha": tornaram-se indissociáveis um do outro. É neste contexto que o Estado português passou a intervir mais ativamente nos sistemas educacionais dos territórios colonizados, construindo a já referida divisão educacional entre os "assimilados" e os "não assimilados". A divisão teria como objetivos, simultaneamente, explorar a força de

---

<sup>2</sup> Foi oficializado pelo governo português em 1911, a partir de desdobramento do anterior Ministério da Marinha e das Colônias. Em 1951, foi renomeado para Ministério do Ultramar, na esteira da revisão constitucional do Estado português de 1951, em que se passou a denominar as colônias como "Províncias ultramarinas" (PORTUGAL, 2023).



trabalho nativa e formar, com os "assimilados", uma elite africana que contribuísse para a reprodução do sistema colonial (ROSAS, 2015; SILVA, 2015a).

É neste contexto que surgiu a ideia de constituir a Casa dos Estudantes do Império, que reunisse grande parte dos estudantes universitários africanos residindo em Portugal (além de uma minoria advinda de Macau e Índia). A organização de espaços estudantis em Portugal tinha começado muito antes da constituição da CEI, pelo reconhecimento dos estudantes de que eram necessárias associações de apoio tanto em termos de emergência financeira e de saúde, como por questões de equilíbrio psíquico/afetivo. Contudo, estes espaços existiam de maneira descentralizada: a criação de uma Casa dos Estudantes de Angola (CEA), em 1943, foi seguida pelas Casas dos Estudantes cabo-verdianos, macaenses, entre outras. Tal descentralização foi considerada pelo Estado Novo, representado pelo Ministério das Colônias, como contrária à ideia de unidade do Império português (CASTELO, 2010; MATA, 2018).

A CEI foi oficializada, portanto, em 1944, na visita do Ministro das Colônias Francisco Vieira Machado à Casa dos Estudantes de Angola (CASTELO, 2010). Vieira Machado, português e banqueiro com longa carreira na administração colonial, exercia seu posto no Ministério das Colônias desde 1936 (COSTA, 2013). No Boletim Geral das Colônias, o Ministro relatou que a fusão das Casas de Estudantes na CEI deveria estabelecer,

[...] a necessária camaradagem entre todos os estudantes e uma mentalidade nacional mais profícua. [...] Cada vez mais as nossas colônias estão integradas no pensamento da Metrópole, e é bom reforçar o elo que reúne o escol do Ultramar ao do Continente (PORTUGAL, 1944, p. 134).

A CEI constituiu, nesse sentido, uma política de Estado, considerada importante para o Estado salazarista, por um lado, porque a reunião dos estudantes em uma única Casa facilitaria a vigilância de suas atividades, e por outro, porque era esperado que contribuísse para a formação colonial da juventude universitária (MATA, 2015), de modo a integrá-la ao pensamento da Metrópole. Como relatou Vieira Machado (PORTUGAL, 1944), os estudantes africanos residentes em Portugal eram considerados o "escol do Ultramar", a elite "elevada" aos olhos da Metrópole pela sua progressão no sistema educacional formal e domínio do padrão linguístico e cultural do colonizador (FANON,

1986). A Casa enquanto política do Estado – e potencialmente política externa, já que estava sob os auspícios do Ministério das Colônias – perpassava esse projeto português de formar a próxima elite colonial, em "um colonialismo que dispensa colonos" (COUTO, 2020, p. 11).

Desde os primórdios da Casa, o Ministério das Colônias e a Mocidade Portuguesa (MP)<sup>3</sup> buscaram orientar suas atividades e processos internos. Na visita de 1944, que oficializou a futura criação da CEI (Figura 1), nota-se a presença não apenas do Ministro Vieira Machado ao centro, como também do comissário nacional da MP, Marcelo Caetano, à sua esquerda. À direita do ministro, está aquele que seria o primeiro presidente da Casa dos Estudantes do Império, Marques Mano de Mesquita (MATA, 2018; ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015).

**Figura 1 — Registro da visita do Ministro das Colônias à Casa de Angola<sup>4</sup>**



Fonte: Fundação Mário Soares (1944).

<sup>3</sup> Oficializada pelo governo português em 1936, foi uma organização nacional que reuniu a juventude salazarista, pretendendo "promover a educação moral, cívica e pré-militar" em prol do fortalecimento do Estado Novo (PORTUGAL, 2009).

<sup>4</sup> No verso da fotografia, lê-se: "A semente da futura Casa dos Estudantes do Império acaba de ser lançada". Da esquerda para a direita: Francisco Maria Martins (representante de Moçambique), Macedo Mesquitela (Macau), Marcelo Caetano, Vieira Machado, Alberto Mano de Mesquita (futuro presidente da CEI), Vasco Benito Gomes (Índia) e Aguinaldo Veiga (Cabo Verde) (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, 1944; PORTUGAL, 1944).

A presidência de Mesquita, sobrinho do então governador-geral de Angola, evidencia, desde já, a complexidade da Casa dos Estudantes do Império. Foi um espaço em que coexistiram adeptos da ditadura portuguesa, parentes de integrantes da alta hierarquia da administração colonial, e estudantes fortemente ligados aos movimentos de libertação e de oposição salazarista em Portugal. Manuel Lima, escritor angolano e ex-integrante da CEI, escreve que nela "reuniram-se involuntariamente os futuros carrascos e as futuras vítimas" (LIMA, 2015, p. 153). Embora seja discutível o quanto a reunião foi involuntária, assim como a caracterização de "vítimas", é verdade que as divisões socioeconômicas, políticas e raciais marcaram a troca de ideias no interior da Casa e são essenciais para entender sua complexidade (MATA, 2018).

Após a visita de julho de 1944 à Casa de Angola, inaugurou-se, em novembro do mesmo ano, a sede de Lisboa da Casa dos Estudantes do Império. Após curto período em outro endereço, a sede instalou-se permanentemente no número 23 da Avenida Duque de Ávila, área central na capital do Império português. Para além da sede principal de Lisboa, a CEI possuiu duas outras delegações, a de Coimbra (1944-1961) e a do Porto (1959-1961) (CASTELO, 2010). Neste trabalho, dá-se especial atenção à sede de Lisboa, porém, enfatiza-se que a produção literária e a mobilização política da Casa agregou as contribuições dos três locais, no que torna pouco útil o exercício de tentar separá-los. Mas no que consistiam exatamente as atividades da CEI?

A instituição oferecia, na sede de Lisboa, um posto médico, um restaurante universitário, almoços e jantares de confraternização, uma biblioteca e uma importante seção editorial, além da organização de palestras, atividades culturais, festas, passeios e campeonatos esportivos (CASTELO, 2010; MATA, 2015). Em mesa-redonda de 1993, o ex-integrante Sérgio Vieira relatou que, em uma certa altura, o restaurante da CEI era o único restaurante universitário em Lisboa, além da Casa ser umas das únicas instituições de estudantes abertas para convivência à noite (MENDES, 2015).

Alfredo Margarido, escritor português e articulador da seção editorial da Casa, assim descreveu a sensação de subir as escadas e passar pelo pátio: "A CEI começava quando se entrava a porta: Lisboa perdia a sua eventual louçania, para permitir a construção de outras paisagens" (MARGARIDO, 2015, p. 43). Adentrando-se as suas portas, na biblioteca podia encontrar-se as publicações da Agência Geral do

Ultramar<sup>5</sup>, departamento de propaganda e divulgação colonial integrado ao Ministério das Colônias (PORTUGAL, 2020; TEIXEIRA, 2016). Na sala grande de palestras, eram organizadas programações todo final de semana e realizados debates dos corpos administrativos da Casa. Na sala de música, encontrava-se uma coleção de discos selecionada por Amílcar Cabral, estudante do curso de Agronomia e futuro fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Em frente à Casa, ficava a Pastelaria Mimo, ponto de encontro dos estudantes cabo-verdianos – onde mais tarde começaram a reunir-se, todas as quintas-feiras, os militantes do PAIGC –, e o café Rialva, onde se encontravam os universitários angolanos, são-tomenses e moçambicanos (MENDES, 2015).

Jorge Querido, engenheiro cabo-verdiano e um dos referidos militantes do PAIGC, refere-se à Casa como o espaço em que "em contacto diário, fraterno, amigo e enriquecedor com colegas da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, pude conhecer, em toda a sua dimensão, a verdadeira face do colonialismo" (QUERIDO, 2015, p. 117). Nesse sentido, Alfredo Margarido (2015) descreve como a instituição facilitava três operações, indissociáveis entre si:

a primeira era certamente a de permitir que os africanos recuperassem um duplo do território perdido; a segunda, devia autorizar a elaboração de projectos políticos, envolvendo os diferentes aspectos da consciência nacional em via de elaboração; sem esquecer, e seria a terceira, a necessidade premente das relações que ajudavam a reduzir as feridas simbólicas, provocadas pela violência do "desenraizamento" (MARGARIDO, 2015, p. 43).

Os estudantes vindos dos territórios colonizados lidavam com o deslocamento social, linguístico e cultural. A existência da Casa, portanto, também cumpriu a função essencial de criação de laços de amizade e companheirismo, contrabalançando o isolamento e ajudando seus associados a manter o equilíbrio psíquico mesmo em meio à "descoberta das condições tão particulares do racismo português" (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, p. 16). Nesse sentido, parte significativa da juventude universitária africana, confrontada com o preconceito e entendendo que nunca seria totalmente

---

<sup>5</sup> Assumi esta designação em 1951, quando o Ministério das Colônias também foi redesignado como Ministério do Ultramar (PORTUGAL, 2020).

incluída na cidadania portuguesa, aumentou seu sentimento de pertença para com suas redes de apoio, em que a Casa figurava (COUTO, 2021).

Nota-se, na experiência da CEI, essa indissociabilidade da convivência afetiva e da mobilização política – uma influenciou a outra, continuamente. O fato deste ambiente congregar essas diferentes dimensões foi o que o tornou um espaço transformador de consciencialização (MATA, 2015, 2018). Para parte de seus integrantes, a Casa representou portanto um espaço de (re)encontro com as culturas africanas, englobado em um processo mais amplo de afirmação da diferença cultural dos territórios colonizados em relação à Portugal – e também das diferenças culturais entre o mundo colonizado (CASTELO, 2010). Como exemplo citam-se, além da produção da seção editorial, atividades culturais como sessões de música angolana e cabo-verdiana (Figura 2) e o colóquio sobre poesia angolana proferido em 1949 (MANGORRINHA, 2016).

**Figura 2 — Grupo Ngola Kizomba, c. 1960<sup>6</sup>**



Fonte: Rosinha; Freudenthal (2015).

Em testemunhos sobre a CEI, Alfredo Margarido (2015) relatou sua aprendizagem de umbundo (língua nativa de Angola) com os pacientes colegas

<sup>6</sup> Da esquerda para a direita, em pé: Jorge Hurst, Tomás Medeiros, Augusto Teixeira, Augusto Pestana, Carlos Pestana; Embaixo: Ingo Vieira Lopes (ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015).

angolanos. Pepetela<sup>7</sup> chegou a afirmar que a Casa o moldou profundamente enquanto escritor: após crescer lendo romances policiais e de aventura europeus, através dela encontrou produções literárias escritas do ponto de vista do mundo colonizado, no que seu "inato gosto pela escrita se transformou [...] em necessidade consciente de ajudar a combater uma ordem social" (PEPETELA, 2015, p. 115).

### 3.1 DA “GERAÇÃO DE CABRAL” AO FECHAMENTO DA CEI

Tendo em mente as atividades e funções da CEI, interessa entender as mudanças que marcaram, ao longo dos seus 21 anos de funcionamento, o perfil dos estudantes que a frequentaram e o grau de mobilização política que pode ser aferido de suas publicações. Em 1945, a sede de Lisboa já contava com 600 associados, enquanto a CEI de Coimbra completava 116. Em ambos locais, havia uma presença majoritária de estudantes angolanos – que caracterizou toda a existência da Casa e marcou suas publicações – seguida de presença significativa de portugueses, moçambicanos e cabo-verdianos, e de um número reduzido de estudantes da Guiné, São Tomé, Timor, Índia e Macau<sup>8</sup> (CASTELO, 2010; MANGORRINHA, 2016).

Sérgio Vieira, integrante da Casa na década de 1950 e futuramente dirigente na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), descreveu a chegada na CEI, após a Segunda Guerra Mundial, de estudantes da "população autóctone, indígena, mulatos, pretos, que começa a introduzir um outro conteúdo" (MENDES, 2015, p. 79). É assim que, em relação à mobilização política, se a Casa contava em 1944 com uma posição de aparente neutralidade – quando não inclinada a favor da ditadura salazarista por conta dos seus dirigentes – esta posição reverteu-se (CASTELO, 2010). Armando Rosinha, um dos fundadores da CEI, indicou que mesmo em 1944 grande parte dos estudantes, se não eram abertamente contra a ditadura salazarista, também não desejavam apoiá-la (MENDES, 2015).

---

<sup>7</sup> Escritor angolano que, quando frequentou a CEI, ainda era conhecido como Artur Pestana dos Santos. Escolheu adotar o nome Pepetela, posteriormente, por este ser seu codinome de guerra enquanto integrante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (AMORIM *et al.*, 2018; PEPETELA, 2015).

<sup>8</sup> Interessa dizer que, pelo predomínio dos estudantes africanos na maioria das publicações e testemunhos da CEI, assim como na literatura especializada sobre a Casa (CASTELO, 2010; MATA, 2015, 2018), este trabalho centra-se na sua experiência, referindo apenas de modo mais breve aos estudantes indianos e macaenses.

É apenas em 1948, no entanto, que as sementes anticoloniais já presentes tornaram-se mais explícitas. De acordo com Inocência Mata (2015, 2018), é normalmente a partir deste ano que considera-se ativa na Casa a chamada "Geração de Cabral". Esta abrangeu, entre muitos outros nomes, o já mencionado Amílcar Cabral, Agostinho Neto (futuro fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola [MPLA] e primeiro presidente da Angola independente), Mário Pinto de Andrade<sup>9</sup> e Lúcio Lara (também futuros fundadores do MPLA), Marcelino dos Santos (da FRELIMO), Vasco Cabral (do PAIGC), Aquino Bragança (do Partido Popular de Goa [PPG]), Alda Espírito Santo (ativista pela independência de São Tomé) e Noémia de Sousa (ativista pela independência de Moçambique) (AMORIM *et al.*, 2018; LIMA, 2021). Iniciou-se um período marcado pela presença na CEI de ativistas e escritores envolvidos nas lutas anticoloniais, que imprimiriam em todas as atividades da Casa um forte sentimento político – mesmo algumas das "festas [...] tinham uma conotação de camuflagem" (MENDES, 2015, p. 84).

Na seção editorial este sentimento também esteve presente: em 1948, iniciou-se a publicação do Boletim Mensagem, circular de textos críticos e literários escritos pelos sócios da CEI. Em 1951, foi publicada a primeira obra da Coleção Autores Ultramarinos, que viria a ter 22 volumes. A Coleção – que para muitos estudantes constituiu a primeira oportunidade de publicação e divulgação – agregou escritores considerados, atualmente, alguns dos principais expoentes das literaturas nacionais africanas de expressão portuguesa (MATA, 2015). Nela, "foram publicadas as obras mais emblemáticas da literatura anticolonial africana, pelos seus mais representativos escritores" (MATA, 2018, p. 21), contrariando em absoluto a intenção portuguesa em permitir a existência de uma seção editorial na CEI.

A Coleção contou com 13 livros de poemas, quatro livros de contos, uma obra da série Etnografia (que repercute transmissões orais de Angola), e quatro ensaios analíticos: dois sobre a literatura angolana, um sobre a literatura cabo-verdiana e um ensaio sobre o movimento da Negritude (MATA, 2015). Entre os principais escritores da

---

<sup>9</sup> Importante ensaísta angolano, prefaciou a edição portuguesa de "Discurso sobre o Colonialismo", do martinicano Aimé Césaire (1978), que é considerado um dos mais importantes textos da literatura anticolonial. A tradução do original francês foi realizada pela estudante moçambicana Noémia de Sousa, também integrante da "Geração de Cabral" (CÉSAIRE, 1978).

Coleção, citam-se, de Angola: Agostinho Neto, Costa Andrade, Viriato da Cruz, António Jacinto e Luandino Vieira. Têm estes escritores, em comum, a publicação de livros de poemas na Coleção (à exceção de Luandino, que publica o livro de contos "A cidade e a infância"), a participação ativa no MPLA e, especialmente no caso de Agostinho Neto, António Jacinto e Luandino Vieira, a experiência da prisão política. Estes dois últimos ficaram por mais de dez anos na prisão colonial de Tarrafal, em Cabo Verde (AMORIM *et al.*, 2018; ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015).

Inocência Mata (2015) refere-se ao fato de que a repressão colonial pode ser pista para explicar, ao menos parcialmente, o predomínio da poesia na Coleção: ela tanto poderia facilitar a codificação do discurso anticolonial, quanto ser mais facilmente distribuída e lida de modo clandestino. Codificando suas mensagens políticas ou não, muitos dos autores viriam a ser presos ou a ter de buscar refúgio em outros países. Em relação aos escritores de demais nacionalidades na Coleção, citam-se, de Moçambique: José Craveirinha, atualmente considerado um dos maiores poetas moçambicanos, e primeiro escritor africano a receber o Prémio Camões (CRAVEIRINHA, 2015); de Cabo Verde, Ovídio Martins, militante do PAIGC e igualmente poeta renomado; e de Portugal, Alfredo Margarido, ensaísta anticolonial e um dos dois autores de origem portuguesa publicados na Coleção (o outro sendo Tomaz Vieira da Cruz) (AMORIM *et al.*, 2018; ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015).

É também interessante notar que, para além da ausência de São Tomé e Príncipe e de outras nacionalidades, nenhuma escritora foi publicada na Coleção Autores Ultramarinos, à exceção do ensaio analítico de Inocência Mata (2015), acréscimo posterior em comemoração aos 50 anos do fechamento da Casa. A mesma ausência não ocorreu no Boletim Mensagem ou nas antologias de poesia, em que entre as autoras podem-se citar as já mencionadas Alda Espírito Santo e Noémia de Sousa, além de Alda Lara, Manuela Margarido, Maria do Céu, Maria João Abranches, entre outras. Alda Espírito Santo e Noémia de Sousa também foram duas das fundadoras do Centro de Estudos Africanos – fundado em 1951 por nomes da "Geração de Cabral", e que constituiu um importante espaço de estudos anticoloniais sediado na casa onde morava Alda Espírito Santo (MATA, 2015, 2018). Embora não seja o foco deste



trabalho, nota-se que ainda há muito o que ser discutido acerca da presença e contribuição das mulheres no espaço da CEI.

Com a maior politização explícita tanto no Boletim Mensagem e na Coleção Autores Ultramarinos, quanto nas atividades de muitos dos associados dentro e fora da Casa, o elo que o espaço da CEI parecia passar a reforçar era o que unia os territórios do "Ultramar" contra o "Continente", para utilizar os termos de 1944 do Ministro Vieira Machado. Após a geração de Cabral, outras gerações de estudantes mobilizados em prol da causa anticolonial sucederam-se, incluindo nomes como Costa Andrade e Carlos Ervedosa (diretores da seção editorial), Tomás Medeiros (diretor da Mensagem) e Rui de Carvalho (estudante de Medicina e futuro colaborador do MPLA) (Figura 3) (MANGORRINHA, 2016).

**Figura 3 — Registro de Costa Andrade, Carlos Ervedosa, Tomás Medeiros e Rui de Carvalho na cantina da CEI, em 1960**



Fonte: Mangorrinha (2016).

O aumento da mobilização política fez com que, já em 1952, aumentassem o controle e a repressão policial por parte do governo português. Anteriormente, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) esteve presente na Casa de maneira mais sutil – "tinha até pessoas [vigiando] dentro da CEI (os "bufos", como lhes chamávamos, indivíduos que sabíamos quem eram" (MENDES, 2015, p. 78). De 1952 a 1957,

contudo, o percebido perigo ao Império que as atividades da CEI oferecia fez com que o governo português instaurasse uma Comissão Administrativa, reduzindo as funções da Casa por um período de cinco anos (CASTELO, 2010).

Não coincidentemente, foram anos marcados por importantes eventos internacionais: em 1955, ocorreu a Conferência de Bandung, que reuniu os líderes de países africanos e asiáticos para discutir cooperação e resistência anticolonial (WRIGHT, 1995). Em 1956, o 1º Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros (Figura 4) foi organizado em Paris, contando com a presença dos associados da CEI Manuel Lima (de Angola) e Marcelino dos Santos (de Moçambique). Neste Congresso, também estiveram presentes os escritores martinicanos Frantz Fanon e Édouard Glissant, cujas abordagens teóricas foram mobilizadas neste trabalho (MARQUES, 2017). Sendo a década de 1950, portanto, marcada pela mobilização política descolonial, foi do interesse do governo português manter o controle sobre a Casa através das Comissões Administrativas. Uma campanha promovida pelos associados fez com que houvesse uma retomada das atividades em 1957; contudo, nova Comissão seria instaurada em janeiro de 1961, altura em que quase todos os membros da CEI possuíam ficha na PIDE (CASTELO, 2010).

**Figura 4 — Registro do 1º Congresso Internacional de Escritores e Artistas  
Negros<sup>10</sup>**



Fonte: Fundação Mário Soares (1956).

O ano de 1961 foi emblemático no percurso da Casa: com o início da guerra de libertação em Angola e o aumento da repressão da PIDE, os integrantes dos movimentos de libertação que se encontravam em Portugal começaram a organizar a que ficou conhecida como “fuga dos 100”. Em junho de 1961,

Decidiu-se que, com o apoio do PCP [Partido Comunista Português] e do PCE [Partido Comunista de Espanha], se fizesse a travessia clandestina dos territórios português e espanhol, e com o apoio das igrejas protestantes seriam recebidos os estudantes em França (MENDES, 2015, p. 81).

<sup>10</sup> Da esquerda para a direita, e de baixo para cima: Ben Enwonwu, Jacques Rabemananjara, Émile Saint-Lo, Alioune Diop, Mme Jean Price-Mars, Jean Price-Mars, Paul Hazoumé, Léopold Sédar Senghor, Jacques Stéphen Alexis, George Lamming, Édouard Andriantsilaniarivo, não identificado (n.i.), n.i., René Depestre, Aimé Césaire, n.i., n.i., n.i., n.i., n.i., n.i., Amadou Hampaté Bâ, Frantz Fanon, Boubou Hama, Louis Achille, Édouard Glissant, Albert Mangonès, Cheikh Anta Diop, Marcelino dos Santos, Richard Wright, Horace Mann Bond, John Davis, n.i., Assane Seck, Thomas Diop, n.i., Paulim Joachim, Abdoulaye Wade, Mário Pinto de Andrade, n.i., n.i., n.i., n.i., Joachim Pinto de Andrade, n.i., Wilson Tibério, Flavien Ranaivo, François Nsougan Agblemagnon, n.i., Gérard Bissainthe, n.i., n.i., Bernard Dadié (FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, 1956; MARQUES, 2017).

Após a fuga, o governo português suspendeu as atividades da delegação de Coimbra, enquanto que a delegação do Porto já tinha sido encerrada por decisão administrativa em janeiro (ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015). A sede da CEI em Lisboa, no entanto, continuou em funcionamento ativo a despeito da redução dos associados, do amplo corte de verbas e das detenções constantes realizadas pela PIDE (LIMA, 2019). A grande maioria das publicações da Coleção Autores Ultramarinos, por exemplo, ocorreu entre 1961 e 1963. Entre 1960 e 1963, publicaram-se importantes antologias de poesia de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe (MATA, 2015).

Há tempos que o governo português compreendia que a CEI, enquanto política de Estado de fortalecimento do Império, tinha falhado; e que em seu lugar havia sido instaurado um importante espaço de produção de conhecimento de e para estudantes do mundo colonizado. O próprio Salazar, em despacho com o diretor da PIDE, defendeu a extinção da CEI (CASTELO, 2010), ao passo que o inspetor José Barreto da PIDE chegou a afirmar que "todos os indivíduos [ali] são politicamente maus [...] só a dissolução conviria para extinguir o mal que dali se espalha a todo o meio académico" (PORTUGAL, 1960). A CEI passou a ter um nome "infame": "houve uma polémica muito grande, porque diziam que era da tal Casa dos comunistas em Lisboa" (MENDES, 2015, p. 86).

Tendo estas reações em mente, cabe questionar como os estudantes conseguiram manter a Casa aberta por tanto tempo. Um dos elementos que podem ser tomados como pista é o fato de que, em meio às pressões descolonizadoras internacionais – exemplificadas na criação do Comitê de Descolonização em 1961, pela 15ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) –, importava à Portugal manter uma imagem externa positiva (ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015). No entanto, dois elementos aparecem como mais importantes: em primeiro lugar, as relações que os associados mantinham dentro e fora da CEI, constituindo amplas redes de apoio que foram mobilizadas em prol da sobrevivência da Casa. Estavam presentes em quase todas as associações estudantis de Portugal, em partidos políticos e em círculos de escritores – neste último, principalmente a partir da projeção cultural trazida pelas publicações da seção editorial (MENDES, 2015). Quando da prisão de Agostinho

Neto, em 1955, uma petição por sua libertação foi assinada por intelectuais como o poeta cubano Nicolás Guillén e os escritores franceses Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir (NETO, 2014). Em segundo lugar, como traz o historiador Fernando Rosas, o fechamento da CEI implicava assumir seu fracasso enquanto projeto colonial: era “um pouco como acabar com um bocado do império” (ROSAS, 2015, p. 20).

Após o início das lutas de descolonização e do êxodo dos estudantes, no entanto, a confirmação pública do caráter anticolonial da CEI fez com o governo português passasse a aguardar um pretexto para fechar a sede. Em 6 de setembro de 1965, ela é oficialmente extinta, sendo invadida pela PIDE e tendo todo o seu patrimônio confiscado e levado para a sede desta polícia política (ROSAS, 2015; ROSINHA; FREUDENTHAL, 2015). Um dos últimos Boletins Mensagem (PEREIRA, 1964) terminava com a inscrição "A CEI não morrerá". Foi profético, não no sentido que se esperava, mas no fato de que a Casa permaneceu viva nos testemunhos de seus associados e no seu potente legado à luta anticolonial: "Nós encontramos-nos às vezes em países diferentes e há coisas de que nos lembramos, umas, coisas sérias e outras caricatas, mas ficou essa relação, e ficou todo um sonho que não acabou" (MENDES, 2015, p. 88).

A CEI, nesse sentido, produz memória e testemunho de uma complexa mobilização e incidência anticolonial, que ia desde as publicações seriadas à concepção de estratégias de combate (LIMA, 2021). Considerando os intuitos deste trabalho, enfatizo também que a Casa permanece viva enquanto importante espaço de produção literária e de reflexão teórica, inerentemente internacional. Torna-se apropriada a frase do escritor angolano Manuel Rui, localizada em exposição sobre a CEI realizada em Lisboa, 50 anos após o encerramento de suas atividades: "E a Casa? A nossa Casa apenas foi despojada da sua frequência física [...] continua a vaguear como cazumbis<sup>11</sup> ou espíritos que percorrem sonhos e corroem pesadelos" (MONTEIRO, 2017, p. 33).

---

<sup>11</sup> Do quimbundo (língua nativa angolana) «nzumbi»: "alma do outro mundo, fantasma que vagueia a horas mortas" (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, p. 354).

#### 4 “O SABOR DAS PALAVRAS”: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO

“A Casa era isso. Uma fonte. Um rio. Um caminho.  
E um mar imenso a navegar pelo sabor das palavras.”  
(Manuel Rui)

“Nunca foi vã  
esta procura de caminhos [...] Mensagens dum mundo novo  
que da sombra das acácias  
se derrama.”  
(Costa Andrade)

Neste capítulo, volta-se a atenção para a produção literária da CEI, com o objetivo de indagar como ajuda-nos a compreender a relação entre língua portuguesa, colonização e resistência. A busca por palavras-chave relacionadas ao tema perpassou as seis antologias de poesia, publicadas pela Casa entre 1951 e 1963, e as 22 obras da Coleção Autores Ultramarinos (1951-1965). Em relação ao acesso à bibliografia, foi possível por conta da reedição das referidas obras, entre 1994 e 2015, pela Associação Casa dos Estudantes do Império (ACEI), constituída por ex-associados da Casa, e pela União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA). Esta última associação, de natureza internacional, existe desde 1985 e tem como objetivo garantir a "plena realização do intercâmbio de experiências e cooperação" entre cidades de língua oficial portuguesa (ABECASIS, 2023). É constituída por cidades dos continentes africano, asiático, americano e europeu<sup>12</sup> (ABECASIS, 2023; FREUDENTHAL *et al.*, 2014a).

Escolheu-se, ademais, por não realizar a busca nos Boletins da CEI (Mensagem, de Lisboa; e Meridiano, de Coimbra) por sua presença dar-se de maneira escassa em meio digital, com apenas alguns números disponíveis e grande parte acessível apenas em edições físicas raras. A escolha por procura baseada em palavras-chave deu-se pela grande quantidade de obras associadas à seção editorial da CEI, no que se considerou que seria necessário um método que substituísse a leitura da totalidade das

---

<sup>12</sup> Além das cidades portuguesas onde ficou localizada a CEI (Lisboa, Coimbra e Porto), é interessante notar que também integram a UCCLA as cidades brasileiras Rio de Janeiro, Brasília e Salvador (ABECASIS, 2023).

obras – que não caberia no escopo deste trabalho – ao mesmo tempo que permitisse uma análise mais aprofundada do tema.

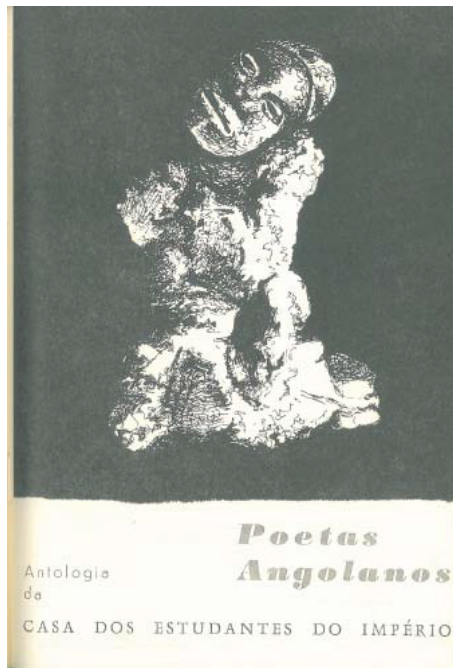
Entre as obras, a seleção de duas em que aprofundar a análise foi feita com base no número de ocorrências das seguintes palavras-chave: “língua”, “linguagem”, “português” (significando língua) e “crioulo” (significando língua). Este último foi adicionado por relacionar-se ao processo deste trabalho de entender como a língua portuguesa é transformada no mundo colonizado, em contato próximo com as línguas nativas africanas (GLISSANT, 2005). A palavra “idioma”, por sua vez, foi inicialmente considerada, mas em última instância foi excluída por verificação de que se encontrava com muita raridade nas obras da CEI – e não em instâncias que dialogassem com o presente tema. Além disso, embora não tenha sido utilizado como critério de seleção, buscou-se observar o aparecimento de outras línguas que não a portuguesa nas obras publicadas. Os resultados e reflexões a seguir, portanto, são de minha autoria, sistematizados a partir da leitura das publicações da CEI.

Da pesquisa, resultaram que as três obras com maior incidência das palavras-chave foram a antologia “Poetas Angolanos” de 1962 (com 25 ocorrências), a antologia “Poetas de Moçambique” de 1960 (24 ocorrências) e o ensaio de 1963 “Consciencialização na Literatura Caboverdiana”, de Onésimo Silveira (15 ocorrências) (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, 2014b; SILVEIRA; 2015). Noto, preliminarmente, o reduzido número de incidências das palavras-chave nos textos poéticos e ficcionais, enquanto que aparecem em maior número na produção ensaística da Casa. Isto não significa que a língua portuguesa não interesse ou seja questionada nesta produção poética, mas que não é referida tão explicitamente e na mesma frequência quanto na série Ensaios. Se as antologias de poesia podem parecer exceção à tendência, isto também dá-se pela presença de textos analíticos introdutórios escritos por Alfredo Margarido (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, 2014b).

Acerca da seleção dos textos, escolhi não seguir à risca a contagem das palavras-chave, por considerações da contribuição qualitativa das obras ao tema e para evitar repetição de autores. Grande parte da incidência de palavras na antologia “Poetas de Moçambique”, por exemplo, advém do texto introdutório do português Alfredo Margarido, já representado na antologia “Poetas Angolanos”. Nesse sentido,

centrarei-me em duas obras: "Poetas Angolanos" (Figura 5), antologia publicada em 1962, e "Consciencialização na Literatura Caboverdiana", de Onésimo Silveira, publicada em 1963. A prioridade dada à segunda também perpassa a sua discussão de maior fôlego acerca do espaço do crioulo cabo-verdiano na literatura, útil para a análise aqui pretendida.

**Figura 5 — Capa original da antologia "Poetas Angolanos" (1962)**



Fonte: Freudenthal *et al.* (2014a).

Começo com certas considerações gerais acerca da presença da língua nas obras da seção editorial da CEI: é interessante observar que, apesar de predominar a língua portuguesa, muito raramente ela aparece sem qualquer traço ou termo indicativo de variação linguística local africana. Das 22 obras da Coleção Autores Ultramarinos, apenas em "Linha do Horizonte", livro de poemas de Aguinaldo Fonseca (2014), e nos ensaios teóricos de Onésimo Silveira e Alfredo Margarido, não foi encontrada presença de termos representativos de um português já transformado no mundo colonizado (MARGARIDO, 2014; SILVEIRA, 2015). Nota-se, contudo, que em um mesmo livro podem verificar-se variações desta presença, com maior ou menor inserção de termos



vindos dos territórios colonizados/ transformados no contato com as línguas nativas (CRAVEIRINHA, 2015).

O livro de poemas "Chigubo", publicado em 1963 pelo já mencionado escritor moçambicano José Craveirinha (2015), ilustra tal variação. Passa-se de estrofes predominadas por um português relativamente padronizado, como no poema "áfrica": "Amam-me com a única verdade dos seus evangelhos/ [...] a lógica das suas rajadas de metralhadora/ e encham-me de sons que não sinto/ das canções das suas terras que não conheço" (CRAVEIRINHA, 2015, p. 12); para versos com ampla presença de termos "estrangeiros" ao colonizador, como no poema "hino à minha terra":

Amanhece  
sobre as cidades do futuro.  
E uma saudade cresce no nome das coisas [...]  
E torno a gritar Inhamússua, Mutamba, Massangulo<sup>13</sup>!!  
E outros nomes da minha terra  
afluem doces e ativos na memória filial/ [...]  
e todos os nomes que eu amo belos na língua ronga  
macua, suaíli, changana,  
xítsua e bitonga<sup>14</sup> (CRAVEIRINHA, 2015, p. 30-31).

Interessante notar que, a despeito desta diferença no uso da língua portuguesa, as mensagens dos dois poemas são complementares, em que mesmo em seu uso padronizado, o português serve ao propósito de sustentar uma afiada crítica à estrutura colonial.

Além das transformações e inserções na língua portuguesa, nesse sentido, as línguas africanas nativas também são amplamente utilizadas na produção literária da CEI: ambas as antologias de poesia possuem seções em línguas africanas (de Angola: quimbundo, umbundo e cuanhama; de Moçambique: poesia chope) e glossário de termos traduzidos. Das 22 obras da Coleção Autores Ultramarinos, em 13 foram encontradas frases em línguas nativas (cuja presença normalmente é indicada nos textos pelo uso do itálico), entre as quais quimbundo, umbundo, crioulo cabo-verdiano e língua ronga (língua nativa de Moçambique) (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, 2014b).

<sup>13</sup> Nomes próprios de distritos de Moçambique (WIESER, 2022).

<sup>14</sup> As línguas ronga, macua, suaíli, changana, xítsua e bitonga são línguas bantu faladas em Moçambique (FREUDENTHAL *et al.*, 2014b).

É importante mencionar, nesse sentido, que uma das limitações deste trabalho perpassa a minha falta de compreensão das línguas citadas. Quando possível, referi-me aos glossários presentes nas antologias de poesia – a Coleção Autores Ultramarinos não possui glossário – e a um dicionário de Quimbundo-Português (ASSIS JUNIOR, c. 1935). Porém, a probabilidade maior é de que não tenha conseguido contemplar eventuais contribuições ao tema quando escritas nestas línguas. Daí perpassa, também, a escolha pela análise de uma obra com glossário e outra escrita em português formal, de modo a minimizar esta questão (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

Retornando às considerações gerais acerca das obras da seção editorial, torna-se importante enfatizar o plurilinguismo de diversos escritores da CEI, que alternam entre o português e as línguas africanas nativas. Esta experiência contrapõe-se, pelo menos até certo ponto, à argumentação de Thiong'o (1986) de que a opção pela língua do colonizador ocorre em detrimento do potencial enriquecimento das línguas nativas africanas: a opção por uma não necessariamente exclui a outra. Exemplo está em "Cancioneiro Popular Angolano", publicação de 1962 da Coleção Autores Ultramarinos, em que o angolano Gonzaga Lambo (2015) publicou canções populares em umbundo, assim como sua tradução em português. Utilizou-se de seu conhecimento das duas línguas para traduzir e demonstrar, em português, a força poética das manifestações populares angolanas.

Considerando-se que as obras são publicadas em um período em que mesmo ao escritor elitizado africano eram negadas capacidades literárias, tais escolhas em torno do uso da língua portuguesa pelos escritores da CEI não podem ser consideradas insignificantes política e culturalmente, e inscrevem-se em um processo mais amplo de mobilização anticolonial (APPIAH, 1992). Nesse sentido, alinham-se em torno do que Marques e Genro (2018, p. 250) dizem sobre o escritor que "[...] resolve habitar a encruzilhada, entrar e sair dos idiomas, profaná-los estrategicamente".

Prossegue-se, nos próximos parágrafos, para a análise das duas obras selecionadas: a antologia "Poetas Angolanos", que conta com organização do Departamento Cultural e prefácio de Alfredo Margarido; e o ensaio de Onésimo Silveira "Consciencialização na Literatura Caboverdiana". Tenho como objetivo, ao longo da

análise documental, verificar como as contribuições dos autores dialogam com o aporte teórico pós-colonial acerca da língua. Pretende-se testar os dois principais pressupostos teóricos deste trabalho, inspirados em Kwame Appiah (1992) e Édouard Glissant (2005), respectivamente: I) a língua do colonizador assume um papel de "agente duplo" da Metrópole e do mundo colonizado, não podendo estar completamente fora de suspeita; e II) as línguas como "ilhas abertas", construídas em relação com as outras línguas e com o mundo, em que fechá-las seria correr o risco de reproduzir uma concepção europeia de provincialismo.

A antologia "Poetas Angolanos", de 1962, inicia-se com um prefácio escrito por Margarido, em que o autor elabora um ensaio teórico conectando a criação literária com preocupações políticas e morais (MARGARIDO, 2014). Cabe indagar, primeiramente, quem foi Alfredo Margarido. Um dos únicos portugueses publicados na Coleção Autores Ultramarinos, destacou-se como importante articulador editorial na Casa dos Estudantes do Império, especialmente a partir do início da década de 1960. Antes da sua chegada na CEI, tinha trabalhado, nos anos 50, numa roça em São Tomé e Príncipe e sido funcionário público e interventor crítico na imprensa em Luanda, pelo que foi expulso de Angola em 1961 (MARGARIDO, 1964). Tendo este percurso conectado aos territórios colonizados e à intervenção crítica, relatou em testemunho de 1996 que "O falso acaso faz por vezes bem as coisas, pois [chegando em Portugal] fui morar num prédio da Duque d'Ávila, instalado exactamente em frente da CEI" (MARGARIDO, 2015, p. 46).

No prefácio, pode-se enfatizar como um de seus argumentos centrais a defesa de que a manifestação poética seja engajada politicamente: "É por isso que nos não importa uma poesia puramente técnica, mas sim aquela que se interessa pelos postulados morais" (MARGARIDO, 2014, p. 79). Margarido (2014) coloca-se, com o uso da segunda pessoa do plural, como parte integrante do projeto cultural da antologia – e, mais amplamente, da própria CEI. Português de nascença, localiza-se no texto em uma posição epistêmica aliada ao mundo colonizado.

Também postula os elementos socioeconômico e racial como essenciais para compreender as relações de poder, enfatizando que "os poetas aqui incluídos têm como denominador comum o mesmo objectivo: conduzir a humanidade a um estádio mais

elevado da sua evolução" (MARGARIDO, 2014, p. 80). Há uma desconstrução, portanto, de que o estágio mais avançado de evolução seja o padrão europeu; pelo contrário, o autor considera a "evolução" como dependente da diminuição das desigualdades, especialmente aquelas associadas ao processo colonial. É neste sentido que "sempre que Agostinho Neto ou Viriato da Cruz mostram não ser possível a existência do homem no mundo angolano que conhecem – e dissecam – a conclusão necessária é que esse mundo tem que ser modificado" (MARGARIDO, 2014, p. 91).

Sobre a língua portuguesa, dividem-se em três as principais contribuições do texto de Margarido (2014), mantendo-se um diálogo com os poemas da antologia. Em primeiro lugar, está a consideração de que a poesia angolana – e o argumento estende-se para os outros territórios de colonização portuguesa – não é somente aquela escrita em português, mas também aquela expressa em línguas nativas: "[...] temos que entrever as afirmações poéticas angolanas não como um bloco, mas sim como um mosaico que corresponde às várias formas da existência social" (MARGARIDO, 2014, p. 81).

Na própria antologia "Poetas Angolanos", há a presença de poesia de expressão bantu (quimbundo, umbundo e cuanhama), apesar de, como colocado em nota do Departamento Cultural, constituir seção curta por "não se encontrar ainda devidamente recolhida e traduzida" (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, p. 77). Tendo-se em vista que o mosaico de existência social no mundo colonizado muitas vezes não abrangia a língua portuguesa, aparece também nos poemas da antologia a questão da barreira linguística. O poema de Costa Andrade (2014) o ilustra:

Quero escrever-te:  
 – Não sabes ler  
 Quero falar-te:  
 – (como podes entender-me  
 se nunca te ensinaram  
 a língua  
 que dizem ser a tua?) [...] (ANDRADE, 2014, p. 221).

O poeta contrapõe-se, portanto, ao mito colonial de que nos territórios colonizados falava-se, predominantemente, a língua portuguesa. Agostinho Neto (2014, p. 165) complementa esta ideia no poema "mussunda amigo", endereçado a um companheiro

de infância: “A ti/ amigo Mussunda, a ti devo a vida./ E escrevo/ versos que tu não entendes!/ Compreendes a minha angústia?”.

À questão da barreira linguística, soma-se nos poemas a valorização das línguas e formas de expressão nativas, como ilustrado na escrita do angolano Henrique Guerra (2014). No poema “Língua-Mãe”, expressa a vontade do poeta de língua portuguesa de entender outras formas de expressão não elitizadas:

Aprenderei a ouvir o povo das sanzalas<sup>15</sup>  
 Dos dongos<sup>16</sup> dos rios, das canoas do mar,  
 Nos musseques<sup>17</sup> e no morro da Maianga  
 As velhas contando coisas doutras eras.  
 Que me interessa saber a língua de Voltaire,  
 De Goethe e Shakespeare,  
 Se não sei o cantar das glebas negras?  
 Se não sei o dizer dos marimbeiros<sup>18</sup> (GUERRA, 2014, p. 235).

Existe um desejo de transpor a barreira linguística e conectar-se a outras formas de expressão, além do reconhecimento dos limites comunicativos da língua portuguesa – em Guerra (2014), fala-se das línguas dos colonizadores de forma geral. A segunda contribuição do texto de Margarido (2014), nesse sentido, perpassa a reflexão sobre a influência do encontro colonial na poesia de expressão portuguesa. Nisso, coloca-se uma consideração importante: Margarido afirma que, na poesia que chama de “cultura”, de língua portuguesa, predomina uma parcela intelectualizada de “letrados”, muitos dos quais passaram pelo sistema educacional colonial. Ao passo que a poesia necessariamente faz eco da influência de modelos culturais europeus, o autor defende, na esteira de Fanon (1986), que este processo não é passivo e implica em escolhas por parte do colonizado (MARGARIDO, 2014).

É neste sentido que a terceira consideração trazida por Margarido e pela antologia refere-se à transformação da língua portuguesa no mundo colonizado. A palavra portuguesa “africaniza-se, angolaniza-se” (p. 107) tanto na poesia popular – como nos musseques de Luanda – quanto na poesia dos autores intelectualizados da

<sup>15</sup> Aldeia, lugarejo africano (VIEIRA, 1975).

<sup>16</sup> “Embarcação construída com um tronco de árvores escavado [...], canoa” (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, p. 355).

<sup>17</sup> Bairro popular da periferia urbana, como pode ser encontrado em Luanda (VIEIRA, 1975).

<sup>18</sup> Aqueles que tocam a marimba, instrumento de percussão angolano (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a).

CEI. Esta transformação acompanha um processo de resistência criativa ao colonizador, em que outras estruturas de conhecimento, valores e modos de expressão pedem por transformações na língua portuguesa padrão. Portanto, "se faz eco directo dos traumatismos fonéticos, sintáticos e semânticos sofridos pelo português em contacto com as línguas tradicionais" (MARGARIDO, 2014, p. 107). Margarido (2014) também faz referência ao fato de que, por um lado, alguns dos poetas da CEI adotam estruturas poéticas "tradicionais" (referindo-se a estruturas europeias), mas por outro, inserem nestes moldes elementos que causam ruptura, em um desrespeito ao padrão linguístico e cultural do colonizador (MARGARIDO, 2014).

A ação literária e a ação política são vistas como complementares, o que perpassa o objetivo da antologia que Margarido (2014, p. 108) introduz: "Eis [...] o que pretendem os poetas: que a sua linguagem descubra novas formas de dizer com palavras que, não sendo novas, se transformam, [...], palavras reinventadas". Em poema intitulado "O amor e o futuro", o angolano Mário António escreve:

Calar  
esta linguagem velha que não entendes  
(Tu és naturalmente de amanhã  
como a árvore florida)  
e falar-te na linguagem nova do futuro  
engrinaldada de flores. [...]  
(ANTÓNIO, 2014, p. 177).

O poeta exprime uma necessidade de inventar algo de novo para expressar-se, que seja capaz de encapsular e projetar futuro de uma forma que a língua portuguesa formal, "linguagem velha" vinda dos sistemas educacionais coloniais, não seria capaz (ANTÓNIO, 2014).

O ensaio de Onésimo Silveira (2015) dialogará, especialmente, com esta última contribuição. Com o título de "Consciencialização na literatura caboverdiana", o ensaio foi publicado em 1963, mesma época em que a seção editorial da CEI publicou o também cabo-verdiano Ovídio Martins. Os dois autores, juntamente de Aguinaldo Fonseca, constituem os únicos escritores cabo-verdianos da Coleção Autores Ultramarinos (MATA, 2015). Nascido em Cabo Verde, Onésimo Silveira mudou-se para Portugal após concluir os estudos secundários, no que passou a frequentar a CEI.

Posteriormente, tornaria-se representante do movimento de libertação cabo-verdiano PAIGC, constituindo importante crítico da elite literária de seu país (SILVEIRA, 2015).

O ensaio de Silveira (2015) divide-se em dois principais momentos: em um primeiro momento, elabora crítica à "europeização" da geração literária cabo-verdiana conhecida como Movimento Claridade; em um segundo, conclama a importância do aparecimento da "Moderna Geração" de escritores cabo-verdianos, marcados por uma consciencialização dos problemas sociais de Cabo Verde e por sua integração na problemática geral africana – no que se subentende as lutas anticoloniais (SILVEIRA, 2015). O Movimento Claridade, nesse sentido, foi um grupo de escritores considerados, por Silveira (2015, p. 11), como fortemente infundidos em uma cultura "europeia e europeizante", criando uma literatura de imitação e exportação absolutamente desconectada do "húmus étnico-social cabo-verdiano" (SILVEIRA, 2015, p. 9).

O uso do português formal por este grupo teria feito parte de uma miríade de reproduções estilísticas europeias: "Na parte literária mais atendida ao estudo do formalismo gramatical e da estilística das línguas que aos pensamentos de que estas são depositárias" (SILVEIRA, 2015, p. 11). Em grande parte, estas influências teriam sido resultado da passagem destes escritores pelo sistema educacional colonial, acompanhada da reprodução acrítica de suas estruturas. Silveira alinha-se com Margarido (2014), portanto, no sentido de defender que a produção literária deva ser engajada politicamente e que deva manter-se uma coerência entre a ação literária e política – em que as duas fazem parte do mesmo projeto. Com a consciencialização política de uma "Moderna Geração" de escritores cabo-verdianos, tornaram-se necessários "[...] novos modos de concepção estética da realidade e de integração do homem na literatura" (SILVEIRA, 2015, p. 24).

Nisto inseriu-se a valorização da principal língua falada em Cabo Verde, o crioulo cabo-verdiano. Sua maior utilização literária é ilustrada, por exemplo, no livro de poemas de Ovídio Martins, publicado na Coleção, que conta com seção escrita integralmente em *criol* cabo-verdiano. A "Moderna Geração" caminharia em sentido oposto da valorização excessiva, por parte do Movimento Claridade, de um português marcado pela retórica (SILVEIRA, 2015). Estes escritores também seriam considerados mais conscientes dos problemas populares, no que, afirma Silveira (2015), saberiam

rejeitar o ponto de vista das elites europeizantes e sua concepção do saber mais como "um ornamento e um motivo de êxito individual, que instrumento posto ao serviço da colectividade" (SILVEIRA, 2015, p. 11).

Neste quesito ponho, no entanto, uma dúvida que considero importante: se esta nova geração, exemplificada por associados da CEI como Ovídio Martins e o próprio Silveira, também passaram por um sistema de educação colonial, pode-se dizer que não há qualquer distância entre eles e o entendimento das aspirações da coletividade? Tendo em vista que ainda carregam símbolos e influências europeias em sua produção literária – e identitária –, considero importante o reconhecimento de que devem haver, no mínimo, limites representativos, em que estes escritores diferem de como demais parcelas populacionais cabo-verdianas representam a si mesmas e pensam em uma identidade nacional (ANJOS, 2003; SILVEIRA, 2015).

Prossegue-se para a consideração dos pontos de convergência e divergência entre a antologia "Poetas Angolanos" e o ensaio de Onésimo Silveira. Margarido (2014), Silveira (2015) e a maior parte dos autores dos poemas colocam-se explicitamente em uma posição epistêmica aliada à causa anticolonial, observando a literatura africana de um ponto de vista que reconhece sua qualidade literária como aliada à sua importância política. Nesse sentido, ambas as obras indicam que, com a consciencialização política, surgiu uma necessidade de formas de expressão também mais conscientes e conectadas com influências culturais/ linguísticas não europeias. Nisto, ocorre uma transformação dinâmica – e inspirada nas transformações que ocorrem em comunidades populares no mundo colonizado – do uso da língua portuguesa (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

Nota-se, no entanto, os limites desta tentativa de conexão produzida em língua portuguesa. Primeiramente, cita-se o fato de que os dois ensaios são escritos em português formalizado e de que a leitura da produção poética exige, em grande parte, uma compreensão desta língua. Tanto na antologia quanto em Silveira (2015), as problemáticas da barreira linguística e o predomínio de escritores intelectualizados na literatura "cultura" de origem africana foram sublinhados (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a). Cabe perguntar, dado este predomínio da camada intelectualizada na literatura, se o



mesmo ocorreu com o público leitor das edições da CEI. Em nota da antologia “Poetas Angolanos”, de 1962, o Departamento Cultural deixou a seguinte indicação:

[...] [A antologia] é essencialmente dirigida aos estudantes universitários e outros intelectuais, ultramarinos e metropolitanos, não porque não fosse do nosso agrado atingir um mais largo e variado público, mas porque as nossas condições, de momento, tal nos não permitem. Apesar disso, não damos por inútil o trabalho despendido, pois o reduzido público acima aludido é fundamental, embora não com exclusivismo, no estudo e discussão de valores culturais e realidades ambientais que urge empreender (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a, p. 77).

Posteriormente, esta produção literária terá circulação muito maior do que podia ser previsto pelo Departamento Cultural. Contudo, é necessário considerar a limitação inicial de sua circulação, no que se enfatiza a sua importância, especialmente, em termos de consolidação de uma identidade cultural e política das classes intelectualizadas, que viriam a estar fortemente envolvidas nos movimentos de libertação africanos. O Departamento Cultural também mencionou, como parte do público esperado, os universitários metropolitanos, no que a produção literária da CEI pode ter tido influência sobre a opinião pública de estudantes portugueses, como quem “instala fissuras” no mundo colonizador (MARQUES, 2017, p. 111).

Se Silveira (2015) concorda que existe uma elitização da literatura de origem africana, diverge da posição da antologia por localizar tais problemas no Movimento Claridade, indicando sua progressiva transformação com a chegada de nova geração de escritores (SILVEIRA, 2015). Tal posição pode ser contraposta até certo ponto, como fez o antropólogo cabo-verdiano Carlos dos Anjos (2003, p. 582), ao afirmar que o uso dos “códigos político-culturais ocidentais” fez com que se mantivesse uma distância entre estes escritores e as demais parcelas populacionais de Cabo Verde. Para este autor, o domínio dos códigos europeus também conferiu aos escritores uma significativa posição de poder (ANJOS, 2003).

Tendo estas questões em mente, como a produção literária analisada dialoga com os pressupostos teóricos assumidos neste trabalho? Acerca do pressuposto da língua como agente duplo, inspirado em Kwame Appiah (1992), pode-se dizer que as obras aferidas o confirmam: a língua portuguesa constituiu, por um lado, barreira linguística e língua incontornável na literatura que parte das camadas intelectualizadas

do mundo colonizado. Por outro lado, os escritores da Casa dos Estudantes do Império transformaram-na e buscaram torná-la aliada dos projetos políticos e culturais anticoloniais. A apropriação da língua buscou dar vocabulário à luta independentista e surpreender o colonizador em seu (transformado) território linguístico. Os textos analisados demonstram, portanto, como tal processo resultou de decisões conscientes e estratégicas, que buscaram inserir na língua portuguesa diferentes estruturas de pensamento e vivência social (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

Da análise documental, também foram aferidos dois elementos que adicionam camadas de complexidade à língua como agente duplo. Em primeiro lugar, a consideração de a quem este agente duplo está a serviço: nem todas as camadas populacionais dos territórios colonizados têm acesso a este agente. Nesse sentido, é importante reconhecer que a língua portuguesa representa, ainda, uma conferência de poder acessível principalmente a uma camada intelectualizada e/ou a parcelas populacionais urbanas. O fato de que grande parte destes estudantes optaram por utilizar o conhecimento em prol da luta anticolonial, no entanto, surpreendeu sobremaneira o Império português. Não se pode diminuir sua importância histórica e seu impacto no empreendimento independentista (APPIAH, 1992; FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

Em segundo lugar, a caracterização de agente duplo complexifica-se pelo fato de que a ambivalência do lugar da língua não caracteriza apenas os estudantes que vêm dos territórios colonizados: por vezes, intelectuais portugueses como Alfredo Margarido também vão transitar nesta dualidade linguística, pensando e teorizando sobre ela. Desse modo, a língua como agente duplo pode partir da Metrópole, utilizada a partir de um lugar epistêmico aliado ao mundo colonizado. Não por isso anulam-se as desigualdades de tratamento entre estes intelectuais e aqueles vindos do Sul Global (MARGARIDO, 2014).

Acerca do pressuposto teórico da língua portuguesa como "ilha aberta", inspirada em Édouard Glissant (2005), foi confirmado parcialmente, também com alguns elementos de complexificação. É "ilha aberta" no sentido de que, a despeito da intenção portuguesa, não foi possível fechá-la a influências diversas, que perpassam elementos culturais e linguísticos tanto europeus quanto advindos dos territórios colonizados. A

língua portuguesa “crioulizou-se” em “microclimas e macroclimas de interpenetração cultural e linguística” (GLISSANT, 2005, p. 23), imprevisíveis e marcados por essa multiplicidade de raízes. O português reconstrói-se na relação com as línguas nativas africanas e com influências vindas de todos os continentes, assim como no repensar feito pelos escritores da sua relação com o mundo colonizado e com o mundo do colonizador (GLISSANT, 2005).

Porém, não se pode ignorar o postulado de Glissant (2005) de que, quando ocorre em uma relação desigual, a crioulização “acontece todavia, mas deixa o ‘ser’ voando com uma só asa” (GLISSANT, 2005, p. 21). É neste sentido que a influência europeia fez com que a “ilha aberta” portuguesa tivesse acesso limitado. Por mais influentes que tenham se tornado os textos publicados pela Casa, e importantes em um sentido de afirmação de diferença cultural dentro do Império português, é importante reconhecer seus limites representativos enquanto escritos, essencialmente, por uma classe intelectualizada. Por mais que a língua portuguesa se transforme, grande parte dos textos ainda depende de uma compreensão básica do português, que não perpassa ou deveria ser imposta às parcelas populacionais africanas onde não está presente. A consideração de que a ilha linguística portuguesa é, em alguns destes territórios, pequena em meio a outras ilhas linguísticas de origem africana, deve ser enfatizada ao pensar-se o dilema do uso da língua portuguesa no Sul Global (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

A questão que se coloca, portanto, é que uma concepção que vê a crioulização como um fenômeno mundial e a identidade como vinda de raízes múltiplas não pode precipitar o fechamento da “ilha”, devendo considerar estas relações cuidadosamente. A abordagem teórica e a análise documental demonstram que o encontro colonial alterou as relações linguísticas de modos que não podem ser totalmente revertidos, tanto nos territórios colonizados como no mundo colonizador. Resta indagar, no entanto, em que espaços a língua portuguesa pode continuar a reproduzir relações de poder coloniais; e como a reflexão sobre ela pode contribuir para a importante pergunta que Glissant (2005, p. 28) propõe: “como ser si mesmo sem fechar-se ao outro, e como abrir-se ao outro, sem perder-se a si mesmo?”.

Como Mia Couto (2020, p. 14-15) afirma, "[...] interessa-nos verificar o quanto futuro pode ser carregado a partir desse conceito. Quanto a língua portuguesa é um instrumento de defesa e consolidação dos nossos próprios interesses". A produção literária da Casa dos Estudantes do Império não pode responder a essas questões totalmente, mas dá-nos pista de que a criação de espaços de produção de conhecimento e troca de ideias associados ao Sul Global são chave para colocar a reflexão destas questões em pauta. Também indica a possibilidade de resistência ao colonizador de dentro da língua portuguesa – de que, em um processo de crioulização mundial, é possível caminhar para que, cada vez mais, reflita-se sobre o processo linguístico como aliado de projetos políticos e culturais menos excludentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou indagar como a experiência da Casa dos Estudantes do Império (CEI) (1944-1965) ajuda-nos a compreender a relação entre língua portuguesa, colonização e resistência. Para tanto, o trabalho esteve alicerçado em três objetivos específicos: primeiramente, introduziu-se a abordagem teórica pós-colonial, procurando investigar suas contribuições acerca da relação entre a língua do colonizador, colonização e resistência. Em segundo lugar, contextualizou-se historicamente a CEI, apresentando sua progressão de política salazarista a espaço marcado pela resistência anticolonial. Por último, realizou-se uma análise documental de duas obras da seção editorial da CEI, buscando compreender como a língua portuguesa aparece em relação a processos de colonização e de resistência.

O trabalho foi guiado, nesse sentido, por um aporte teórico pós-colonial, do qual enfatizou-se dois argumentos centrais, adotados como pressupostos teóricos. Da contribuição de Kwame Appiah (1992), ressalta-se a língua portuguesa enquanto agente duplo da Metrópole colonial, por um lado, e do mundo colonizado, por outro. Não podendo a língua do colonizador estar completamente fora de suspeita, seu uso sempre implicará uma ambivalência. Como segundo pressuposto teórico, está a consideração, inspirada em Édouard Glissant (2005), de que a língua portuguesa é uma “ilha aberta”, construindo-se em relação com as outras línguas e com o mundo, como “raiz indo ao encontro de outras raízes” (GLISSANT, 2005, p. 27). Buscou-se evitar, portanto, uma concepção europeia provincialista que vê identidade e língua como vindas de uma raiz única, e que se formula não em relação com o outro, mas com sua exclusão (GLISSANT, 2005).

Do segundo objetivo específico, depreende-se que a Casa dos Estudantes do Império fez parte, reconhecidamente, de uma política do Estado português de criar uma elite intelectualizada africana, com a intenção de que assumisse postos na reprodução do sistema colonial. Foi em parte pelo Estado não querer assumir publicamente o “fracasso” deste projeto imperial que a CEI de Lisboa conseguiu permanecer aberta até 1965, a despeito de ter-se tornado um importante espaço de mobilização anticolonial. Percebeu-se, nos testemunhos sobre a Casa, como ela foi marcada pela

consciencialização política e reafirmação, por parte dos estudantes, de sua diferença cultural e linguística em relação à Metrópole, assim como das diferenças entre o mundo colonizado, existindo também enquanto espaço de (re)encontro com as culturas e línguas africanas (CASTELO, 2010; ROSAS, 2015).

Se o Império português buscou colocar a si mesmo como autoridade absoluta, "um ponto de energia ativo que faz sentido não apenas de atividades colonizadoras, mas de geografias e povos exóticos" (SAID, 1994, p. 25, tradução nossa), a CEI criou um ponto de energia alternativo, produzindo conhecimento sobre si e sobre a sua relação com o mundo. Portanto, esta "ilha africana" produz memória e testemunho de uma complexa mobilização e incidência anticolonial, que ia desde a concepção de estratégias de combate às publicações da seção editorial (MATA, 2015).

Em seguida, os pressupostos teóricos foram testados em uma análise documental de duas obras da seção editorial da Casa dos Estudantes do Império. Pode-se inferir da análise que a língua portuguesa de fato constituiu agente duplo: por um lado, criou uma barreira linguística e foi língua incontornável para compreender a literatura que parte das camadas intelectualizadas do mundo colonizado. Por outro lado, os escritores da Casa dos Estudantes do Império "crioulizaram-na" e tornaram-na aliada dos projetos políticos e culturais anticoloniais (APPIAH, 1992; FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

As obras demonstram como o português foi profanado estrategicamente (MARQUES, GENRO, 2018), tornando-o veículo de estruturas de pensamento e vivência social distintas daquelas do colonizador. Margarido (2014, p. 108) chegou a afirmar que "Escrever é, neste caso, fabricar uma verdade não só para uso próprio, mas sobretudo para assentar o projeto social". Portanto, outros dois elementos aferidos das obras devem ser mencionados: a língua foi um agente duplo a serviço, especialmente, de uma parcela populacional africana intelectualizada e/ou urbanizada; e foi utilizada como agente do mundo colonizado também a partir do Norte Global, como ilustrou o português Alfredo Margarido (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; SILVEIRA, 2015).

Acerca do pressuposto teórico da língua portuguesa como "ilha aberta", foi confirmado parcialmente. Apesar da intenção do Império, não foi possível fechar o português a influências diversas, que perpassam elementos linguísticos tanto europeus

quanto advindos dos territórios colonizados. Estes processos de interpenetração linguística fizeram parte do mencionado processo de reafirmação das diferenças culturais que marcou a existência da CEI. As relações de poder coloniais, no entanto, fizeram com que a “ilha aberta” portuguesa tivesse um acesso limitado no mundo colonizado; e com que a produção literária da CEI portasse limites representativos enquanto produzida por uma classe elitizada. É tão importante reconhecer tais limitações quanto é essencial valorizar o legado para a luta anticolonial deixado pela Casa. A CEI indicou, desde o centro do Império português e a despeito de todos os obstáculos colocados, a possibilidade de resistência a partir do uso da língua (FREUDENTHAL *et al.*, 2014a; GLISSANT, 2005; SILVEIRA, 2015). Como colocou Luandino Vieira: "havia uma diferença. E eles não podiam rasurar essa diferença" (CHAVES; KACZOROWSKI, 2015).

Assim, endereçadas as preocupações deste trabalho, resta apontar possibilidades de caminhos de pesquisa futuros. Em primeiro lugar, pela dificuldade de acesso aos Boletins Mensagem e Meridiano – muitos de seus números só podem ser acessados em edições físicas raras – ainda não foi investigada a contribuição dos Boletins acerca da língua portuguesa, colonização e resistência. Um segundo caminho de pesquisa está no Centro de Estudos Africanos, fundado por integrantes da “Geração de Cabral” da CEI, mas que pelo seu caráter explicitamente político teve de ser sediado na casa onde morava a escritora Alda Espírito Santo. Reconhecido na literatura especializada sobre a Casa como um importante espaço de produção de conhecimento, ainda é subutilizado como fonte de pesquisa – e não apenas nas Relações Internacionais (MATA, 2015).

Como terceiro caminho de pesquisa, pode-se incorporar de modo mais aprofundado a relação entre a língua portuguesa e a construção de identidades nacionais na literatura da CEI. Tendo-se indicado o predomínio de uma classe africana intelectualizada, cabe perguntar em que sentido estes nacionalismos também são marcados por limites representativos, e em que sentido isto pode ter afetado as posteriores constituições nacionais em que muitos dos ex-associados da CEI estarão envolvidos (ANJOS, 2003). Um autor interessante para embasá-lo teoricamente seria Carlos dos Anjos (2003), antropólogo cabo-verdiano que propõe pensar como o

domínio dos códigos ocidentais mantêm estas elites como as principais mediadoras entre o sistema internacional e a população local, mesmo após as independências.

Ademais, espero ter conseguido, ao longo deste trabalho, instaurar inquietações em torno do que significa utilizar a língua portuguesa desde o Sul Global, e da importância de observar de que formas as hegemonias linguísticas podem continuar reproduzindo exclusões e relações de poder coloniais. Na questão da língua, não podem existir respostas definitivas; à pergunta de Glissant (2005) sobre como manter a “ilha” aberta, ao mesmo tempo em que se tenta expurgá-la das relações desiguais que participaram de sua formação, só se pode responder a partir da especificidade. Cabe, também, aos pesquisadores de Relações Internacionais, ponderar estas especificidades a partir de espaços como a Casa dos Estudantes do Império, que produzem conhecimento fora dos eixos hegemônicos da disciplina.



## REFERÊNCIAS

ABECASIS, Nuno Kruz. **Historial**: A Fundação da UCCLA. Disponível em: <https://www.uccla.pt/historical>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western International Relations theory? Ten years on. **International Relations of the Asia-Pacific**, United Kingdom, v. 17, n. 3, p. 341-370, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/irap/lcx006>. Acesso em: 13 abr. 2023.

AMORIM, Claudia *et al.* **Literaturas Africanas I, Volume 2**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018.

ANDRADE, Costa. Poema. *In*: FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1**: Angola e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2014. p. 220-221.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003, p. 579-596. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000300008>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ANTÓNIO, Mário. O amor e o futuro (poema). *In*: FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1**: Angola e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: UCCLA, 2014. p. 177-178.

APPIAH, Kwame Anthony. **In My Father's House**: Africa in the Philosophy of Culture. New York: Oxford University Press, 1992.

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. **The Empire Writes Back**: Theory and practice in post-colonial literatures. London: Routledge, 2002.

ASSIS JUNIOR, A. de. **Dicionário Kimbundu-Português**: Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico. Luanda: Argente, Santos e Co, c. 1935. Disponível em: <https://rmirandas.wixsite.com/identidafrica/dicionariokimbunduportugues>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. *In*: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2010, Lisboa. **Anais eletrônicos [...]**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2010. p. 1-18. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Prefácio de Mário de Andrade. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHAVES, Rita; KACZOROWSKI, Jacqueline. Entrevista: Pela voz de Luandino Vieira. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 37, p. 177-198, jul./set. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2015v19n37p179>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COSTA, Miguel. Francisco Vieira Machado. **Caixa Geral de Depósitos (CGD)**. 2013. Disponível em: <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Pages/Francisco-Vieira-Machado-Governador-BNU.aspx#>. Acesso em: 30 jul. 2023.

COUTO, Mia. Lusofonia - História ou conveniência? **Litterata**: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões, Ilhéus, v. 10, n. 1, p. 9-15, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/litterata/article/view/3106>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CRAVEIRINHA, José. **Chigubo**. Lisboa, UCCLA, 2015. Disponível em: <https://www.uccla.pt/sites/default/files/chigubo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ERVEDOSA, Carlos. **A Literatura Angolana**. Lisboa: UCCLA, 2015. Disponível em: [https://www.uccla.pt/sites/default/files/a\\_literatura\\_angolana.pdf](https://www.uccla.pt/sites/default/files/a_literatura_angolana.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. London: Pluto Press, 1986.

FLOR, Caue. Começos: A Diáspora Afro-Caribenha, Autores e Temas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 358-377, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SvXtTFNxGMS9gFwsVFPXwn/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FONSECA, Aguinaldo. **Linha do Horizonte**. Lisboa: UCCLA, 2014. Disponível em: [https://www.uccla.pt/sites/default/files/linha\\_do\\_horizonte.pdf](https://www.uccla.pt/sites/default/files/linha_do_horizonte.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.

FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1**: Angola e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: UCCLA, 2014a.

FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 2**: Moçambique. Lisboa: UCCLA, 2014b.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **Registro da visita do Ministro das Colónias e do Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa à Casa de Angola**. 1944. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08167.001.007#!2>. Acesso em: 12 jul. 2023.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **Registro do 1º Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros**. 1956. Disponível em:

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11130.001.001#!3>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GUERRA, Henrique. Língua-Mãe (poema). *In*: FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1: Angola e S. Tomé e Príncipe**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2014. p. 237.

JARDIM, António Pina da Cunha. **Escola de habilitação de professores indígenas "José Cabral", Manhíça - Alvor**. c. 1937. Cf. CasaComum.org. Disponível em: <http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10465.002>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 33, n. 3, p. 235-254, set. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2600457>. Acesso em: 17 abr. 2023.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. **Fundamentos da Linguística**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: [https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/LEITE\\_2010.pdf](https://grad.letras.ufmg.br/arquivos/monitoria/LEITE_2010.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, Manuel dos Santos. Escritores falam... *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p. 153-154.

LIMA, Matheus Henrique da Silva. **A Casa do Estudante do Império (CEI) e a Poesia nas Lutas Anticoloniais (1944-1965)**. 2019. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: [https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/828/1/tcc\\_art\\_matheushenriquedasilvalima.pdf](https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/828/1/tcc_art_matheushenriquedasilvalima.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.

LIMA, Matheus Henrique da Silva. **Dos interesses do império português à uma subversão ao colonialismo: a Casa dos Estudantes do Império, a poesia de combate e a relação com o(s) nacionalismo(s) (1944-1965)**. 2021. 198f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

MANGORRINHA, Jorge (coord.). **Catálogo da exposição Casa dos Estudantes do Império: Um farol de liberdade**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/UCCLA, 2016. Disponível em: <https://comun.rcaap.pt/handle/10400.26/19860>. Acesso em: 12 jul. 2023.

MARGARIDO, Alfredo. Introdução. *In*: FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1**: Angola e S. Tomé e Príncipe. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2014.

MARGARIDO, Alfredo. **Negritude e Humanismo**. Lisboa: UCCLA, 1964.

MARGARIDO, Alfredo. Uma Ilha Africana na Duque d'Ávila. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p. 43-46.

MARIANI, Bethania. Políticas de Colonização Linguística. **Letras**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras, Santa Maria, v. 27, p. 73-82, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MARQUES, Pâmela Marconatto. **Diálogos Promeri**: Palestra “Raça, racismo e RI: A contribuição do movimento da Negritude”, de 27 de janeiro de 2021. Porto Alegre: Programa de Mentoria para Estudantes Cotistas de Relações Internacionais (PROMERI/UFRGS), 2021.

MARQUES, Pâmela Marconatto. “**Nou led, nou la**” “Estamos feios, mas estamos aqui!”: Assombros haitianos à retórica colonial sobre pobreza. 2017. 232f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/181461>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MARQUES, Pâmela Marconatto; GENRO, Maria Elly Herz. Idiomas hegemônicos, línguas subalternas: Lugar de enunciação, corpo e produção de conhecimento *sobre e desde* o Haiti. *In*: CALAZANS, Márcia; CASTRO, Mary; PIÑEIRO, Emilia (org.). **América Latina, volume 1**: Corpos, trânsitos e resistências. Porto Alegre: Fi, 2018. p. 227-259.

MARTINS, Ovídio. **Caminhada**. Lisboa: UCCLA, 2015. Disponível em: <https://www.uccla.pt/sites/default/files/caminhada.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

MATA, Inocência. **A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na conscientização política**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, 2015. Disponível em: [https://www.uccla.pt/sites/default/files/a\\_casa\\_dos\\_estudantes.pdf](https://www.uccla.pt/sites/default/files/a_casa_dos_estudantes.pdf). Acesso em: 15 maio 2023.

MATA, Inocência. Epistemologias do “colonial” e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África. **Gragoatá**, Niterói, v. 24, n. 48, p. 208-226, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33627>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MATA, Inocência. O Singular Enfrentamento à Ideologia Colonial da Coleção “Autores Ultramarinos” da Casa dos Estudantes do Império. **Revista do NEPA/UFF**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 15-23, jan./jun. 2018.

MENDES, Orlanda (org.). Meio século da CEI: Mesa-redonda na Rádio Moçambique, Programa Linha Direta. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: UCCLA, 2015. p. 75-88.

MONTEIRO, Manuel Rui. Viva o sabor das palavras. *In*: LOURIDO, Rui D'Ávila (coord.). **Casa dos Estudantes do Império: 50 anos – Testemunhos, Vivências, Documentos**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, 2017. p. 32-33.

NETO, Agostinho. Mussunda amigo (poema). *In*: FREUDENTHAL *et al.* (org.). **Antologias de Poesia da Casa dos Estudantes do Império (1951-1963), Volume 1: Angola e S. Tomé e Príncipe**. Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2014. p. 164-166.

NETO, Agostinho. **Poemas**. Lisboa: UCCLA, 2014. Disponível em: [https://www.uccla.pt/sites/default/files/colectania\\_poemas\\_ag\\_netto.pdf](https://www.uccla.pt/sites/default/files/colectania_poemas_ag_netto.pdf). Acesso em: 30 jun. 2023.

PEPETELA. A Casa dos Estudantes do Império fez de mim um escritor. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p. 115-116.

PEREIRA, Alberto Rui (org.). Semana de Recepção. **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 99-104, jul. 1964.

PORTUGAL. **Agência Geral do Ultramar**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2020. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1117748>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PORTUGAL. **Arquivos da Mocidade Portuguesa**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2009. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4235890>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PORTUGAL. **Boletim Geral das Colônias n. 229, de julho de 1944**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1944. Disponível em: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BGC/BGC-N229&p=1>. Acesso em: 12 jul. 2023.

PORTUGAL. **Ministério do Ultramar**. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, 2023. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1119338>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PORTUGAL. **Relatório confidencial n.º 27, 12 de dezembro de 1960**, enviado ao director da PIDE pela delegação daquela polícia em Coimbra. Arquivo PIDE/DGS. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1960.

QUERIDO, Jorge. O Espírito da CEI. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p.117.

ROCHA, Enilce Albergaria. Prefácio. *In*: GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. p. 9-11.

ROSAS, Fernando. A CEI no contexto da política colonial portuguesa. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p. 15-23.

ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. Disponível em: [https://www.uccla.pt/sites/default/files/mensagem\\_uccla\\_1.pdf](https://www.uccla.pt/sites/default/files/mensagem_uccla_1.pdf). Acesso em: 10 maio 2023.

SAID, Edward W. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Arnaldo. A Casa e eu. *In*: ROSINHA; Maria do Rosário; FREUDENTHAL, Aida (coord.). **Mensagem**: Casa dos Estudantes do Império (1944-1994). Lisboa: União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), 2015. p. 101-102.

SILVA, Giselda Brito. A Educação Colonial do Império Português em África (1850-1950). **Cadernos do Tempo Presente**, Sergipe, n. 21, set./out. 2015a, p. 67-83. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/4602>. Acesso em: 12 maio 2023.

SILVA, Giselda Brito. A "Educação Colonial" do Salazarismo para a África: um debate das condições historiográficas atuais. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015b, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015b. p. 1-14.

SILVEIRA, Onésimo. **Consciencialização na Literatura Caboverdiana**. Lisboa: UCCLA, 2015.

TEIXEIRA, Rannyelle Rocha. **A Representação dos Povos Autóctones Africanos no Boletim Geral das Colónias (1933-1945)**. 2016. 141f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature**. New Hampshire: Heinemann Educational, 1986.

TOLEDO, Aureo. **Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32744>. Acesso em: 15 maio 2023.

VIEIRA, Luandino. **A Vida Verdadeira de Domingos Xavier**. São Paulo: Ática, 1975.

WIESER, Doris. José Craveirinha e “Poesia de Combate”: A construção da moçambicanidade entre o passado e o futuro. *In*: XAVIER, Lola Geraldes (ed.). **Ecoss de Moçambique: um século de José Craveirinha**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 191-207.

WRIGHT, Richard. **The Color Curtain: A Report on the Bandung Conference**. Mississippi: University Press of Mississippi, 1995.